

**SEMINÁRIO TEOLÓGICO BATISTA DO NORTE DO BRASIL**

**DEPARTAMENTO DE TEOLOGIA**



**INTRODUÇÃO BÍBLICA**

**(Apostila com matéria a ser trabalhada em sala de aula)**

*Prof. Marcos Bittencourt*

**Recife, 2006**

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	03
I – BÍBLIA GENERALIDADES .....	04
1.1 - O Nome “Bíblia” .....	04
1.2 - Divisão em Testamentos .....	04
1.3 – Os Livros da Bíblia – Diversas Classificações .....	04
1.4 - Divisão em Unidades, Capítulos e Versículos .....	05
1.5 – As Línguas Bíblicas .....	05
1.6 – Traduções ou Versões da Bíblia .....	07
1.7 – Transmissão do texto da Bíblia –manuscritos.....	12
II – BÍBLIA – GEOGRAFIA E ARQUEOLOGIA .....	15
2.1 – Aspectos Geográficos da Palestina no Tempo do Antigo e Novo Testamento.....	15
2.2 – Arqueologia Bíblica .....	17
III – BÍBLIA – CÂNON .....	19
3.1 – Etapas de Formação dos Livros Bíblicos .....	19
3.2 – Formação do Antigo Testamento .....	20
3.3 – Livros Apócrifos .....	21
3.4 – Formação do Novo Testamento .....	23
IV – BÍBLIA – PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO .....	28
4.1 – Conceitos e Leis Fundamentais da Hermenêutica Bíblica .....	28
4.2 – Gêneros Literários .....	29
4.3 – Figuras de Linguagem .....	30
V – BÍBLIA – AUTORIA E INSPIRAÇÃO .....	32
5.1 – Autoria das Escrituras – Observações Importantes .....	32
5.2 – Inspiração das Escrituras .....	33
5.3 – O valor da Bíblia na vida do cristão.....	34
BIBLIOGRAFIA .....	36

## INTRODUÇÃO

O conhecimento leigo da Bíblia Sagrada pressupõe uma leitura devocional e puramente espiritual da Palavra de Deus. Essa leitura é importante na medida em que serve como ajuda e suporte para o cristão em momentos difíceis, bem como para aprofundamento de sua comunhão com o Senhor.

Entretanto o estudante da Palavra de Deus deve prosseguir em outros níveis de leitura e estudo da Bíblia, conhecendo e compreendendo os ambientes físico, cultural, histórico e religioso nos quais o texto sagrado foi produzido.

A matéria Introdução Bíblica é a porta de acesso a esse nível de leitura bíblica. Como matéria introdutória, prepara o estudante para o aprofundamento dos temas que aborda em matérias específicas tais como Antigo Testamento, e Novo Testamento, Hermenêutica Bíblica, entre outras. Como porta de entrada para o início dos estudos bíblicos no Seminário, a disciplina requer do estudante um espírito aberto aos novos conhecimentos e novas possibilidades talvez nunca dantes imaginadas. Cada capítulo estudado suscita no estudante o desejo de conhecer tudo num curto espaço de tempo, o que é difícil e improdutivo, tornando-se muitas vezes uma barreira ao desenvolvimento acadêmico. Isso vem revelar o ecletismo da disciplina uma vez que fornece uma visão panorâmica da Bíblia.

O caminho para o cumprimento da disciplina é, sem dúvida, uma postura de quem busca conhecimento e a compreensão, que não se conforma à intolerância do fundamentalismo ou, por outro lado, ao desprezo da ortodoxia.

É como se fosse requerido um esvaziamento das idéias pré-concebidas, principalmente para os que iniciam uma jornada acadêmica com o pensamento de que tudo sabe. Agora o aluno se defrontará com questões relativas aos processos que culminaram na formação da Bíblia, chegando ao limiar das ações de Deus e dos homens, principalmente nos capítulos destinados a Canonização, Autoria e Inspiração da Bíblia.

Resumindo, estudar Introdução Bíblica é estudar sobre a Bíblia, ou melhor, sobre o texto da Bíblia, ficando o texto propriamente dito para o estudo aprofundado das matérias bíblicas específicas isso não significa, entretanto que o texto bíblico não será abordado, mas a ênfase principal está nos processos que resultaram no texto.

## I - BÍBLIA GENERALIDADES

### 1.1 – O NOME "BÍBLIA"

Vem do latim "Biblia" o qual por sua vez, vem do grego BIBLOS. Já em épocas anteriores a Cristo os judeus empregavam a expressão "Os Livros" para descrever a coleção de seus escritos. Nos evangelhos existem expressões que "caracterizam uma concepção fragmentária e por blocos, oriunda do judaísmo da época de Jesus. Alguns exemplos são: "Lei e Profetas" (Mt.7:12); "Lei Profetas e Salmos" (Lc. 24:44); "Escrituras" (Jo.5:39); "Escrituras" (II Tm.3:16); "Sagradas Letras" (II Tm.3:15); outras expressões foram utilizadas pelos pais apostólicos: "Escritura Divina, Divina Biblioteca, Letras do Senhor, Código Divino". Na Igreja grega, a partir do Sec.V, com João Crisóstomo, a expressão TA BIBLIA começa a figurar como título do conjunto de todos os sessenta e seis livros, uma vez que até então o conceito de livros inspirados e sagrados era destinado aos escritos vetero-testamentários. O título foi aceito pelos teólogos do início da Idade Média sob a forma do plural neutro "BÍBLIA", título esse que permanece até hoje.

### 1.2 – DIVISÃO EM TESTAMENTOS: ANTIGO E NOVO

A religião de Israel baseava-se num pacto entre Y<sup>eh</sup>weh e seu povo. Por sua promessa, Y<sup>eh</sup>weh estabeleceu o pacto (testamento, concerto, aliança) e coube ao povo cumprir os mandamentos divinos (Ex. 34:10,11). O sinal desse ajuste era a circuncisão. Na verdade, os textos sacerdotais sempre apresentam um Deus que se apresenta ao homem através de pactos .

Na criação, Gn. 2; Em Noé, Gn. 9; Em Abraão, Gn. 12; e em Gn. 17; Em Moisés, Ex, 19). Com o passar do tempo, a religião de Israel tornou-se incapaz em observar corretamente as condições do pacto, ou melhor, na medida em que se desviou do direito transmitido aos antigos, desobedecendo a Y<sup>eh</sup>weh e tornando a religião num ritualismo cego manifestado por práticas exteriores (liturgias e sacrifícios). Os profetas perceberam esse desvio bem cedo. Desde então, já anunciavam o "novo" (Is. 43; 18-19; Jr. 31:31-33). Essa concepção de "NOVO TESTAMENTO" foi compreendida pelos cristãos como realizada plenamente na vida e morte de Jesus (Mt. 26: 28; I Co.11:25). A partir de Paulo percebe-se Moisés e seus escritos como "antiga aliança" (II Co.3:12-15) ou como "primeira aliança" (Hb.8:7-13; 9:15). A separação para fins didáticos só aparece a partir do momento em que o cânon do Novo Testamento ganha forma semelhante a que temos hoje (a partir do Sec.V).

### 1.3 – OS LIVROS DA BÍBLIA: DIVERSAS CLASSIFICAÇÕES.

#### 1.3.1- Bíblia Judaica:

##### 1.1.1 – BÍBLIA JUDAICA

Também conhecida como Tanaq, por causa das iniciais da tríplice divisão (ao lado).

- A) "TORAH" (Lei) – Gn, Ex, Lv, Nm, Dt
- B) "N<sup>evi</sup> Im" (Profetas) – Profetas Anteriores (Js, Jz, Sm, Rs); Profetas Posteriores (Is, Jr, Ez, Os, Jl, Am, Ob, Jn, Mq, Na, Hc, Sf, Ag, Zc, MI).
- C) "Q<sup>etubim</sup>" (Escritos) – Sl, Jó, Pr, os 5 "rolos festivos" ou Megillot(Rt, Ct, Ec, Lm, Et), mais Dn, Es, Ne, Cr.

#### OBSERVAÇÕES:

- a) A distinção entre profetas "anteriores" e "posteriores" é, de acordo com Werner Schmidt (1994, p.13), explicada em termos de espaço, ou seja, pela disposição dos livros dentro do cânon na medida cronológica do aparecimento dos profetas.
- b) Os judeus de fala grega, também chamados helenistas, acrescentaram à lista acima, oriunda dos judeus que moravam na Palestina, outros livros que, mais tarde católicos oficializaram (Concílio de Trento-Itália, abril de 1546) e que os protestantes rejeitaram, rotulando-os de "Apócrifos" (que significa "secretos, ocultos, ou não revelados"). São eles: Judite, Sabedoria, Tobias, Eclesiásticos, Baruc, I Macabeus, II Macabeus. Existem ainda alguns acréscimos a Ester, Daniel e II Crônicas.

### 1. 3. 2- Bíblia protestante.

ANTIGO TESTAMENTO	A) LIVROS DA LEI – Gn, Ex, Lv, Nm, Dt. B) LIVROS HISTÓRICOS – Js, Jz, Rt, 1/2 Sm, 1/2 Rs, 1/2 Cr, Ed, Ne, Et. C) LIVROS POÉTICOS – Jó, Sl, Pr, Ec, Ct D) LIVROS PROFÉTICOS – Profetas Maiores – Is, Jr, Lm, Ez, Dn; Profetas Menores – Os, Jl, Am, Ob, Jn, Mq, Na, Hc, Sf, Ag, Zc, Ml.
NOVO TESTAMENTO	A) EVANGELHOS – Mt, Mc, Lc, Jo. B) LIVROS HISTÓRICOS – At C) EPÍSTOLAS - PAULINAS – Rm, 1/2 Co, Gl, Ef, Fl, Cl, 1/2 Ts, 1/2 Tm, Tt, Fm), GERAIS – Hb, Tg, 1/2 Pd, 1/2/3 Jo, Jd. D) LIVRO PROFÉTICO – Ap.

### 1.4 – DIVISÃO EM UNIDADES, CAPÍTULOS E VERSÍCULOS.

A leitura bíblica na sinagoga já exigia uma divisão do texto em passagens maiores e menores, uma vez que o texto era contínuo e o acesso a sua leitura era restrito àqueles que conheciam o hebraico (escribas, em sua maioria), língua que no tempo de Jesus não era falada pelo povo comum. A divisão atual da Bíblia em capítulos e em versículos é bem recente e originou-se a partir do trabalho dos seguintes indivíduos:

a) CAPÍTULOS – Estevão Langton (1220 d.C.), professor em Paris e depois arcebispo em Cantuária. Morreu em 1228.

b) VERSÍCULOS – Robert Estienne (também chamado Robertus Stephanus), tipógrafo parisiense, que empregou essa divisão pela primeira vez em sua edição da Vulgata de 1555 (Sec. XVI).

Embora nem sempre concorde com o conteúdo dos parágrafos, a divisão em capítulos e versículos é de utilidade incontestada pois a partir dela a leitura do texto se torna mais popularizada pois dessa forma se tornava possível localizar textos. Com o decorrer dos trabalhos de tradução e revisão do texto bíblico foram sendo colocados sobre partes de textos alguns títulos com o objetivo de designar as unidades de texto. Atualmente percebe-se que nem sempre esses títulos (geralmente em **negrito**) conseguem encerrar todo o sentido daquela porção e, algumas vezes, podem corromper teologicamente o texto original (exemplo: o título em Gn. 18 e em At.6; observar também a divisão que versões diferentes fazem de Ef.5:21 ou 22). Apesar disso não se pode menosprezar o seu valor, pois têm sido de grande valia para a leitura do leigo.

### 1.5 – AS LÍNGUAS BÍBLICAS

O estudo das línguas bíblicas é de vital importância para o trabalho de interpretação da palavra de Deus. Movimentos religiosos e distorções do texto muitas vezes surgem da falta de conhecimento adequado da língua e dos seus idiomatismos.

Compreender uma língua significa entender primeiro o que os seus símbolos representam para a comunidade que produziu o texto e a que recebeu. As versões bíblicas sempre tentam atualizar os códigos antigos decodificando a mensagem nos termos de nossa língua, que sempre está em processos de mudanças. A seguir apresentamos um quadro com as disposições das línguas bíblicas.

	HEBRAICO	ARAMAICO	GREGO
A.T.	OK	Es. 4:7 – 6:18 Dn. 2:4 – 7:28 Jr. 10:11	Apócrifos ----- Sabedoria e II Macabeus
N.T.	---	Transliterações gregas das palavras de Jesus	OK

1.5.1 – HEBRAICO - Conhecido como “língua de Canaã” (Is. 19:18), ou seja a língua dos fenícios, adotada pelos clãs israelitas quando entraram em Canaã. Esse idioma era falado em toda a Costa do Mediterrâneo e foi conhecido por volta do oitavo século (a.C.) como “língua judaica” (II Rs. 18:26). O uso da língua dos fenícios pelos hebreus é a que a tornou conhecida pelo nome de “hebraico”. Segundo Diego Arenhoevel, a língua original dos patriarcas hebreus foi o aramaico, perdido pelo processo de aculturação conforme veremos no próximo item. O hebraico foi falado como língua corrente até o período do exílio babilônico (Séc. VI a.C.) quando por influencia dos babilônicos e depois dos persas, passou a vigorar dialeto do aramaico no dia-a-dia dos novos judeus. A partir do desuso o hebraico tornou-se uma língua “santa” e reservada ao conhecimento de uns poucos estudiosos e teólogos de então, principalmente os escribas, também chamados de copistas e sacerdotes. Abaixo algumas observações sobre o hebraico:

1.5.1.1 – Língua difícil, em virtude da forma “quadrada”, vista no texto de Dt.6:4 abaixo (herança do aramaico). Nos tempos mais antigos, o hebraico possuía formas mais arredondadas, conforme podemos verificar no quadro de evolução da língua constante na apostila de Hebraico.

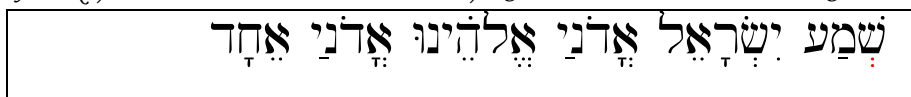
1.5.1.2 – Difícil também quanto à ausência de tempos verbais completos. Em hebraico o verbo não aponta passado, presente e futuro. Aponta para um estado de ser completo (perfeito) ou incompleto (imperfeito). A pergunta é: O estado que o verbo indica aponta para algo plenamente realizado ou satisfeito? Por isso, algumas vezes, para resolver uma tradução, o tradutor busca auxílio do contexto, isto é, o que vem antes e o que vem depois da palavra em questão.

1.5.1.2 – Pobre em conceitos abstratos. Existe uma grande presença de antropomorfismos e antropopatismos (características peculiares à cultura judaica antiga).

1.5.1.3 – A escrita hebraica antiga era semelhante às formas ocidentais até os séculos II A.C ou II d.C., aproximadamente. Depois foi adotada a escrita quadrada derivada do aramaico, forma essa que encontramos hoje na Bíblia hebraica. Essa forma foi desenvolvida por copistas profissionais com detalhes e ornamentos.

1.5.1.4 – Textos Massoréticos – O termo origina-se da palavra hebraica “massorah”, que traduz-se por “tradição”. Foi desenvolvido a partir do Sec.II d.C. até o início da Idade Média (Séc. XI). No princípio constava de observações colocadas no rodapé do texto relativas a palavras com mesma formação consonantal. Mais tarde essas observações foram substituídas por sinais vocálicos. Esse texto representa o esforço de preservação da língua hebraica no decorrer dos séculos.

*Abaixo, Deuteronomio 6:4: “Ouve Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor”*




1.5.2 – ARAMAICO – Desde o fim do segundo milênio a C., formaram-se vários estados arameus de vários tamanhos na Síria e na Mesopotâmia. O comércio entre o Mediterrâneo e a Mesopotâmia favoreceu a propagação da língua que se tornou internacional para os comerciantes e diplomatas. O aramaico foi a língua falada em todo o império persa e outros dialetos seus vigoraram na Síria (siriaco), na Babilônia (caldaico) e na Palestina (aramaico propriamente dito). Ao chegarem a Palestina os patriarcas falavam o aramaico (Dt. 26:5). Após a assimilação da língua fenícia (hebraico) durante o período de permanência na terra cultivada, os judeus retomaram a língua

aramaica, em virtude da experiência do exílio babilônico e da influência cultural recebida do império persa, (a partir de 600 a.C.). Isto explica os aramaísmos existentes nos livros escritos a partir do pós-exílio. O aramaico foi falado por Jesus, pelos apóstolos e pela igreja de Jerusalém, ao lado do grego (este em menor escala). Convém observar que o texto de At.21:40 afirma que Paulo falou em "língua hebraica" para o povo de Jerusalém. Entretanto o termo "língua hebraica" era um apelido para o aramaico falado naquele momento. O hebraico bíblico ficou restrito ao culto nas sinagogas e escolas rabínicas.

1.5.3 – GREGO – O grego bíblico não é o grego clássico falado pelos filósofos antigos, antes é um dialeto helenístico chamado de "Koiné". Este grego foi introduzido e propagado no império de Alexandre Magno e falado, desde o Sec. IV A.C. em todo o Oriente próximo, no Egito e na Itália. É importante salientar que a primeira tradução do texto do antigo testamento foi feita para o grego no Egito por volta de 250 a.C. Essa tradução ficou conhecida pelo nome de Septuaginta (LXX) a qual estudaremos no próximo capítulo. A facilidade de compreendermos mais facilmente o grego está no fato que seu alfabeto nos é bem familiar por causa das formas das letras.

## 1.6 – TRADUÇÕES OU VERSÕES DA BÍBLIA

Com a dispersão dos judeus após o evento do exílio babilônico, a expansão do cristianismo e, conseqüentemente, a necessidade de transportar o "texto original" para novos códigos de linguagem e, conseguir nas novas línguas, palavras que encerrem o sentido dos termos primários, teve início a produção de traduções da Bíblia. O processo é dinâmico. Deve-se provavelmente aos seguintes fatores:

- Mudanças de termos a cada geração.
- Ajustes textuais à antropologia e à cultura de povos evangelizados.
- O encontro de manuscritos bíblicos mais antigos e, portanto, mais próximos dos originais.
- A descoberta de textos extra-bíblicos ajuda no esclarecimento dos "Hapax-Legômena", apelido para os termos que só aparecem uma única vez no hebraico e que recebem sinalizações (um lâmed ) do escriba no corpo do texto.

Ora, se a língua sofre contínuas mudanças, as traduções e suas revisões também devem acompanhar esse ritmo, na meta de trazer de forma mais atualizada possível o que o texto primitivo queria dizer. Entretanto, essa tarefa não é tão simples assim. Geralmente as novas traduções geram rejeições. Algumas razões para a não aceitação dessas novas traduções são:

- Engessamento de estruturas, coisa bastante comum ao ser humano que sempre acredita que as coisas devem ser sempre "daquele jeito" (tendência ao fatalismo).
- Razões teológicas (comparar a tradução do Sl.116:15 nas traduções de Almeida, NVI, NTLH e Bíblia Viva). Resultado: tendência à cristianização do AT.
- Má interpretação do texto de Apocalipse 22:18-19.
- Tendência de atribuição da propriedade de inspiração (próprio do original) à determinada tradução. Assim, algumas traduções assumiram caráter de santidade, tais como a Vulgata Latina e a chamada "King James" (Inglaterra), culminando na proibição, por parte da Igreja oficial, da iniciativa de outras traduções para línguas não autorizadas ou não "santas". Tudo isso nos leva ao pensamento de que em essência as traduções são também versões, ou seja, muitas vezes podem estar servindo a interesses teológicos ou políticos e ainda, no lado positivo, representam o esforço de uma procura constante de atualização da Palavra de Deus com a busca de fidelidade ao texto original. Isso pode significar que dois ou mais tradutores podem usar termos diferentes numa mesma época de acordo com a percepção lingüística. Veremos a seguir algumas das mais importantes traduções ou versões bíblicas existentes.

## 1.6.1 – VERSÕES ANTIGAS

1.6.1.1 – LXX (SEPTUAGINTA ou VERSÃO DOS SETENTA) – Representa a primeira tradução de um texto bíblico, a saber, a tradução do Antigo Testamento do hebraico para o grego feita em Alexandria, no Egito, por volta de 280 a.C. Segundo a carta de Aristeu (Aristéia) essa tradução foi feita sob solicitação do Rei Ptolomeu II Philadelphus ao sumo sacerdote Eleazar. Ptolomeu II pretendia atender aos judeus de fala grega que não conheciam o hebraico ou, segundo uma idéia muito forte, visava o engrandecimento da biblioteca de Alexandria. Eleazar teria resistido em princípio, mas depois enviou seis escribas de cada tribo israelita (6 x 12 = 72). Por isso, o nome é uma referência aos “setenta e dois” sábios judeus que, de acordo com Aristeu, realizaram, cada um, traduções independentes, durante setenta e dois dias, combinando-as no final. Além de ter sido utilizada pelo Apóstolo Paulo, a LXX tornou-se base para a maioria das traduções bíblicas que surgiria a partir de então.

1.6.1.2 – TARGUNS (Targumim) – Em conseqüência da diminuição do conhecimento da língua hebraica entre o povo a partir do período persa (Séc. VI a.C.), surgiu a necessidade de uma tradução do texto bíblico lido na sinagoga para o dialeto aramaico da região. No começo, a tradução era puramente oral, a cargo do leitor da comunidade, sob a característica de paráfrase. Só pelo fim do primeiro século da era cristã é que os targuns receberam forma escrita.

1.6.1.3 – ÁQUILA – Entre 125 a 150 d.C., Áquila, o prosélito, rejeitou a LXX por causa do uso cristão. Fez uma tradução independente para o grego ao pé da letra. Traduziu até cláusulas como o objeto direto em hebraico **וְעִתָּם** (‘et) por “com”. Essa cláusula não possui tradução específica.

1.6.1.4 – PESHITTA – Significa “simples” – Tradução do Antigo Testamento do hebraico para o siríaco, ou seja, o dialeto aramaico falado na Síria, feita nos séculos II e III da era cristã. Mais tarde quando os livros do Novo Testamento foram agregados ao cânon siríaco, não foram inclusos na Peshitta os livros de II Pd., II e III Jo., Jd e Apocalipse. As razões serão estudadas na unidade própria sobre o Cânon.

1.6.1.5 – GÓTICA – Por volta do Séc.IV d.C os bárbaros (nórdicos ou germânicos) vindos do norte fizeram incursões no império romano. A família de Ulfilas foi levada como escrava. Vivendo entre os godos, Ulfilas tornou-se um missionário cristão. Sentindo a necessidade de traduzir a Bíblia para os bárbaros que não possuíam linguagem escrita, Ulfilas inventou a escrita gótica. Um detalhe dessa tradução é que não possuía os livros dos reis de Israel, provavelmente por causa do grande número de guerras.

1.6.1.6 – VULGATA – Por volta do final do Séc. IV d.C. havia uma boa quantidade de traduções bíblicas para o latim (*Vetus Latina*). Esses textos existiam desde o Sec.II d.C e geralmente criavam muita confusão em virtude de conterem muitas divergências entre si. Por isso, o bispo de Roma Damasus I solicitou a um erudito chamado Jerônimo para que fizesse uma revisão do Novo Testamento. Ao terminar essa primeira parte, Jerônimo trabalhou na tradução do Antigo Testamento para o latim com base no texto da Septuaginta. O trabalho se estendeu de 391 a 405 d.C. Em 1952, foi feita uma revisão melhorada, a qual tem sido a base da bíblia católica até hoje. Durante séculos a Igreja considerou a Vulgata intocável a ponto de não permitir qualquer outra tradução que não fosse na Vulgata Latina, uma versão “sagrada”. Apesar desse cuidado da Igreja, o trabalho original continha muitos erros. Um dos mais famosos, caracterizado pela troca de “Qaran” (brilhar) por “Qeren” (chifre) no texto de Ex. 34:29-31, chegou mesmo a inspirar obras de arte no final da Idade Média.

Brilhar	Qaran	<b>קָרַן</b>
Chifre	Qeren	<b>קָרַן</b>



## 1.6.2 – TRADUÇÕES PARA O INGLÊS

1.6.2.1- JOHN WYCLIFF (1330 – 1384) - Desde o Séc. VIII, algumas traduções parciais estavam sendo feitas para o inglês antigo. Um abade de Malmesbury cujo nome era Aldhelm, traduziu, nesta mesma época o Livro dos Salmos. Entretanto a primeira Bíblia completa em inglês foi obra de um teólogo humanista de Oxford chamado John Wycliff (no ano de 1380) cuja tradução foi feita a partir do texto da Vulgata Latina. Depois de muitas perseguições, morreu enfermo e, em 1415, seus ossos foram desenterrados e queimados por ordem eclesiástica. Uma das maiores características do trabalho de Wycliff foi a organização dos lolargos, grupos de leigos que visitavam aldeias levando a Palavra de Deus em inglês oralmente.

1.6.2.2– WILLIAM TYNDALE - Em 1526, uma outra tradução, fruto do trabalho de William Tyndale, outro teólogo de Oxford, foi introduzida às ocultas na Inglaterra em virtude de ter sido feita diretamente dos originais e não da Vulgata (texto autorizado pela Igreja). Por conta disso, Tyndale foi perseguido e em maio de 1535 foi preso e levado para Bruxelas. 1 ano depois, em 06/10/1536 foi enforcado e queimado. Antes de morrer Tyndale orou: "Ó Deus, abre os olhos do Rei da Inglaterra!"

1.6.2.3 - BÍBLIA DE GENEVRA – Uma das primeiras a ser feita no formato de um só volume, representa o esforço de tradução do NT (1557) e do AT (1560) para os ingleses que migraram para a Suíça. Outra peculiaridade é que esta foi a primeira Bíblia em inglês com divisão em versículos. Possuía notas textuais com forte tendência para o calvinismo. Foi a tradução lida por Shakspeare e John Buyann.

1.6.2.4 – KING JAMES (Rei Tiago) – Entretanto, a versão mais famosa foi a chamada "King James", autorizada em 1604 pelo rei da Inglaterra para revisar as traduções inglesas existentes. O trabalho foi realizado por 50 eruditos e concluído em 1611. Essa tradução continha notas textuais para combater o calvinismo da Bíblia de Genebra. A versão é tida como um tesouro da língua inglesa por causa da beleza e graça de sua tradução. Os termos de tratamento para **Deus** são preferencialmente termos majestosos. Fato importante é que a "King James" foi e ainda é tratada como inspirada, tal qual a Vulgata.

1.6.2.5 - GOOD NEWS BIBLE (Today's English Version) – Obra de do Dr. Roberto Bratcher, filho de missionários batistas americanos no Brasil, representa o esforço de tradução da Bíblia num inglês mais coloquial. O Novo Testamento foi traduzido em 1966, mas a Bíblia completa só saiu em 1976. Vale à pena registrar duas traduções anteriores à do Dr.Bratcher: An American Translation (Goodspeed em 1935) e a The New Testament in Modern English (Philips em 1958).

1.6.2.6 - NEW ENGLISH BIBLE – Traduzida pelo teólogo C. H. Dood em 1970 e revisada em 1989 (Revised English Bible).

1.6.2.7 - NEW INTERNATIONAL VERSION (N.I.V.) – Concluída em 1978 nos Estados Unidos, constituiu-se numa tradução mais livre, às vezes servindo-se de paráfrases, às vezes, literal.

1.6.2.8 - CONTEMPORARY ENGLISH VERSION (C.E.V.) – O Novo Testamento ficou concluído em 1991 e a Bíblia completa em 1995, nos Estados Unidos. Possui leitura bastante fácil para a juventude, principalmente para a leitura pública, agradando a audiência por causa do tipo de inglês que utiliza.

## 1.6.3 – TRADUÇÕES PARA A LÍNGUA ALEMÃ

1.6.3.1 – LUTERO – Na época de Lutero já existiam aproximadamente 18 traduções da Bíblia para o alemão clássico, língua que o povo não podia entender. Lutero, enquanto estava no claustro, começou uma tradução para o alemão falado pelo povo. Traduziu o Novo Testamento em 1522 e a Bíblia completa em 1534. Uma observação interessante é que a tradução de Lutero continha os apócrifos.

#### 1.6.4 – TRADUÇÕES PARA A LÍNGUA ESPANHOLA

1.6.4.1 – BÍBLIA DEL OSO – Possuía o nome “Oso” (Urso) por causa da logomarca da editora constante nesta bíblia. Também conhecida por REYNA Y VALERA, nomes do seu autor (Reyna, 1569) e revisor (Valera, 1602). Continha os Apócrifos. Outras revisões foram feitas em 1909, 1960 e 1995. O objetivo dessa tradução foi a evangelização do povo de fala espanhola.

1.6.4.2 – DIOS HABLA HOY – Tradução em espanhol coloquial. O Novo Testamento (publicado sob o título “Dios llega al hombre”) ficou pronto em 1966. A Bíblia completa (D.H.H.) ficou pronta em 1979.

1.6.5 – VERSÕES PARA A LÍNGUA PORTUGUESA – As primeiras tentativas de apresentação da Bíblia em português são traduções parciais de pequenas porções textuais e de alguns livros do Novo Testamento. Em 1320 durante o reinado de D. Diniz, os monges de Alcobaça publicaram os Atos dos Apóstolos. No Séc. XV durante o reinado de D. João I (1385-1433), foram traduzidos os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos e as Cartas Paulinas. Veremos a seguir as principais obras completas para a língua portuguesa.

1.6.5.1 – TRADUÇÃO DE JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA – A primeira tradução completa da Bíblia para a língua portuguesa é resultado do trabalho de um pastor português protestante, chamado João Ferreira de Almeida. Nascido em Portugal em 1628, tornou-se pastor em 1645. Foi enviado como missionário entre os povos de fala portuguesa na Indonésia. Em 1681 concluiu a primeira edição do Novo Testamento. Morreu em 1691, tendo traduzido o Antigo Testamento até o Capítulo 48 de Ezequiel. A partir daí, discípulos seus, missionários da Liga Holandesa de Missões, se encarregaram de completar a obra, a qual foi concluída entre 1748 e 1753 na Batávia, atual Ilha de Java (Indonésia). Essa tradução não continha os livros Apócrifos. A partir daí muitas revisões têm sido feitas ao texto original de Almeida em virtude do dinamismo que permeia o desenvolvimento da língua. Em 1898 foi feita uma tradução revisão revisada e corrigida (R.C.) na qual foi incluída em Ap.22:14 a expressão “no sangue do cordeiro” para harmonizar com Ap.7:14. Depois surgiram as mais significativas revisões de Almeida: a R.A (Revisão e Atualizada), em 1959, tirava os lusitanismos da R.C. de 1898, adotando os novos textos originais disponíveis, fruto de descobertas arqueológicas. Mais tarde, em 1995, uma outra revisão corrigida (R.C.) foi feita, tirando algumas expressões difíceis de serem lidas em público. Por exemplo, a substituição, em At.28:5 do termo “bicha” por “cobra”.

1.6.5.2 – TRADUÇÃO DE ANTÔNIO FERREIRA DE FIGUEIREDO – É obra do padre português de mesmo nome o qual traduziu a Bíblia tomando como base a Vulgata. A primeira tradução culminou na publicação do Novo Testamento em 1778. O Antigo Testamento foi concluído em 1821. Continha os “Apócrifos”. O fato curioso é que numa nova edição preparada por Bagster (editor inglês de Bíblias) em 1828 foram eliminados os “Apócrifos”. Em 1842 a rainha de Portugal, D. Maria II, aprovou o trabalho de Bagster.

1.6.5.3 – TRADUÇÃO BRASILEIRA – Feita em 1917 por Rui Barbosa. Cai rapidamente em desuso, talvez porque os nomes próprios estavam transliterados mais próximos dos originais hebraicos, tornando difícil a compreensão e pronúncia dos mesmos. A SBB trabalha uma revisão desse texto.

1.6.5.4 – TRADUÇÃO DE MATOS SOARES – É uma tradução da Vulgata Latina editada em Portugal em 1932 pelo Pe. Manuel de Matos Soares e reproduzida no Brasil. Em 1975 as Edições Paulinas fizeram uma edição corrigida.

1.6.5.5 – LIGA DE ESTUDOS BÍBLICOS (LEB) – Primeira versão católica em português feita diretamente dos textos originais, elaborada por uma equipe de professores e teólogos católicos. O trabalho teve início em 1953 e foi concluído em 1968, publicado em 8 volumes.

1.6.5.6 – BÍBLIA DE JERUSALÉM – No final da década de 50, a Escola Bíblica de Jerusalém, localizada na França, publicou uma obra criteriosa baseada nos melhores manuscritos hebraicos e gregos. Em 1973 no Brasil, teve início trabalho de tradução a partir desse texto francês, realizado

por uma equipe de exegetas católicos e protestantes, os quais concluíram o Novo Testamento em 1976 e o Antigo em 1981, com introduções, notas de rodapés, referenciais, marginais e apêndices.

1.6.5.7 – A BÍBLIA NA LINGUAGEM DE HOJE (B.L.H.) – Tradução empreendida pela Sociedade Bíblica do Brasil, a qual publicou o Novo Testamento em 1973 e a Bíblia completa em 1988. A proposta deste texto é a comunicação ao leitor da Bíblia em linguagem popular. Nesse texto as medidas e calendários já são dados nos seus equivalentes modernos. Em 2000 foi lançada uma revisão sob o título NOVA TRADUÇÃO NA LINGUAGEM DE HOJE (N.T.L.H.).

1.6.5.8 – BÍBLIA PASTORAL – Espécie de “BLH” da Igreja Católica. Editada em 1990, representa o esforço da Igreja em divulgar o texto bíblico numa linguagem menos rebuscada com direcionamento para o povo. Apropriada para estudo em grupo pastorais católicas. Possui introduções e notas de rodapé. Nesta Bíblia, cada livro tem um subtítulo, geralmente relacionado com a mensagem do livro.

1.6.5.9 – NOVA VERSÃO INTERNACIONAL (N.V.I.) – Trata-se da tradução do texto inglês da N.I.V. para a língua portuguesa feita em 2001. Buscando clareza, alguns textos são traduzidos com menor ou maior grau de literalidade, sem ser popular ou sem buscar erudição vernacular.

1.6.6 – PRINCÍPIOS DE TRADUÇÃO – Geralmente os tradutores da Bíblia utilizam um dos seguintes princípios de tradução:

1.6.6.1 – Tradução por **equivalência formal**:

- Orienta-se principalmente pela língua fonte, ou seja, a mensagem na sua forma original.
- Trata de conservar, ao máximo possível, as características gramaticais, a estrutura de cláusulas e frases e a consistência na tradução dos termos na língua original.

1.6.6.2 – Tradução por **equivalência funcional ou dinâmica**:

- Enquanto mantém-se fiel ao texto fonte (original), orienta-se principalmente pelo impacto sobre o receptor.
- Trata de comunicar, da maneira mais natural, a mesma idéia em linguagem contemporânea, usando as características gramaticais e a estrutura da língua receptora.
- Faz uso dos estudos mais avançados das ciências da Linguística, Antropologia, Sociologia e outras ciências.
- Procura trazer a revelação de Deus ao nível da linguagem comum do povo.

1.6.7 – ALGUNS EXEMPLOS:

- Lc.18:13 – A oração do publicano – No centro da África “bater no peito” significa orgulho e não humilhação, como no Israel antigo.
- Sl.16:7 – “Os meus rins me ensinam de noite”(Almeida R.C.), mas em Almeida R.A., “O meu coração me ensina”.
- Is.16:11 – “Minhas entranhas gemem como harpa por Moabe...” (N.V.I.), traduzindo o sentimento de Deus por Moabe. Mas na B.L.H., temos: “Meu coração treme de tristeza pelo povo de Moabe...”.
- Ez.18:4 – “A alma que pecar essa morrerá” (Almeida). Só a alma que peca morre? E o corpo que peca, não morre? Mas, na N.T.L.H., temos: “A pessoa que pecar morrerá”.
- Mc.9:42 – “Qualquer que escandalizar um desses pequeninos...”. Na B.L.H., temos: “Se alguém for culpado de um destes pequeninos me abandonar...”, ou seja, não apenas o escândalo (chocar), mas o abandono de Jesus.
- “Deus não pendura mandíbulas” – Em algumas das tribos africanas de Papua-Nova Guiné não existe o termo correspondente para “perdoar”. Até mesmo a idéia do perdão era difícil. Por isso, quando alguém era assassinado, antes de enterrar o morto a família retirava sua mandíbula e a pendurava na porta da casa para que os seus parentes nunca se esquecessem de vingá-lo. Os tradutores da Bíblia, servindo-se do princípio de equivalência dinâmica, viram nesse fato cultural uma excelente oportunidade para traduzir palavras e idéias de perdão.

## 1.6.8 – INFLUÊNCIA DAS TRADUÇÕES.

Antes do colonialismo existiam no mundo cerca de 15.000 línguas mais ou menos conhecidas. Hoje existem 6.700 línguas distintas, sendo que destas pouco mais de 2.000 línguas estão adequadamente descritas e perto de 4.700 línguas estão inadequadamente descritas. Existe uma forte tendência que dentro de 100 anos teremos esse número reduzido para 3.000 línguas. Como as sociedades bíblicas acompanham esse processo? A seguir, quadro sumário estatístico do número de traduções bíblicas publicado pela Sociedade Bíblica do Brasil com dados colhidos até dezembro de 2003.

CONTINENTE/REGIÃO	PORÇÕES	TESTAMENTOS	BÍBLIAS	TOTAL
ÁFRICA	219	293	153	665
ÁSIA	224	232	129	585
AUSTRÁLIA/ NOVA ZELÂNDIA/ ILHAS DO PACÍFICO	160	217	37	414
EUROPA	113	35	61	209
AMÉRICA DO NORTE	40	28	7	75
CARIBE/ AMÉRICA CENTRAL /MÉXICO/AMÉRICA DO SUL	115	263	26	404
LÍNGUAS CONSTRUÍDAS	2	0	1	3
<b>TOTAIS</b>	<b>873</b>	<b>1.068</b>	<b>414</b>	<b>2.355</b>

Deve-se observar, de acordo com o quadro acima, que a Bíblia tem sido traduzida, parcial ou totalmente, para 2.355 línguas até o ano de 2003. Até o ano de 1800 a Bíblia tinha sido traduzida para 68 línguas. A partir de 1804, com a organização do movimento das sociedades bíblicas, houve uma expansão na tradução da Bíblia, alcançando no ano de 1940 a marca de 1.000 línguas. E agora, um avanço maior: de 1940 a 2003 a Bíblia foi traduzida para 1.355 línguas. O aumento do número de entidades envolvidas com a tradução, o engajamento de tradutores nativos e o preparo de consultores, bem como o uso da informática, são razões para o crescimento do número de traduções bíblicas. Como consequência temos o avanço da evangelização de milhões de pessoas que antes não podiam ser conquistadas. Percebe-se com isso que o centro de gravidade da igreja cristã que por 1950 anos se localizava no hemisfério norte, deslocou-se para o hemisfério sul. Neste momento, 60 % dos cristãos vivem no hemisfério sul. Kwame Bediako, professor da Universidade da Escócia, disse: "As traduções da Bíblia foram o fator mais determinante para o avanço das missões nos últimos 200 anos, principalmente no final do séc.XX."

## 1.7 - A TRANSMISSÃO DO TEXTO DA BÍBLIA

- O texto que possuímos hoje em nossas bíblias é o mesmo escrito pelos antigos profetas e apóstolos? Ainda possuímos os manuscritos de Moisés, Isaías, Mateus, Paulo e outros?
- Por quais caminhos percorreu o texto sagrado desde a sua origem até os nossos dias?

Essas e outras perguntas trazem à tona a necessidade de um estudo mais detalhado sobre o texto da Bíblia. A disciplina que ordena a metodologia desse estudo é a Crítica Textual. Não estudaremos nessa matéria todos os capítulos da Crítica Textual. Deixaremos esse estudo para a Exegese Bíblica. Entretanto, precisaremos pesquisar alguns assuntos, detalhados através de pistas que proponho seguir.

1.7.1 – UM POUCO DA HISTÓRIA DA ESCRITA – A escrita é o divisor de águas entre o mundo pré-histórico e o mundo histórico. Há cerca de 6000 anos tem início a História (do ponto de vista disciplinar) com a produção da escrita que, no princípio, se constituía de desenhos e formas estilizadas. No Egito, por volta de 3000 anos antes de Cristo surgiram os hieróglifos, pequenos desenhos que transmitiam idéias. Pouco depois surgiu a escrita cuneiforme na Mesopotâmia. Cuneiforme porque os sinais eram feitos com cunhas marcadas em tabuinhas de argila. Por volta de 1500 anos antes de Cristo surge o alfabeto, herança dos antigos fenícios: um símbolo para cada consoante (não existiam vogais). Surge o alfabeto hebraico com 22 letras consoantes e, mais tarde, o alfabeto grego, com 24 consoantes e vogais. Que materiais os antigos utilizavam para a produção escriturística? Como já foi sinalizado, na Mesopotâmia eram utilizadas **tabuinhas de argila**,

também conhecidas como “pedras” e no Egito era utilizado o **papiro**, o resultado da sobreposição de tiras resinosas extraídas da medula da planta do mesmo nome, muito comum nas margens do rio Nilo. O **pergaminho**, cujo nome vem da cidade de Pérgamo (centro produtor de peles de animais), era mais resistente por ser couro e vinha sendo utilizado desde o quinto século antes de Cristo. A maior parte dos manuscritos do Mar Morto foi feita em pergaminhos. Já o **papel** era desconhecido dos escritores bíblicos, mas bastante utilizado pelos chineses desde 600 a.C. O papel só chegou no Ocidente (Europa) por volta de 750 d.C. Papiros e pergaminhos eram enrolados de tal forma a produzir o livro antigo, chamado de “rolo” (Zc.5:1 e Ap.5:1”). Por isso, “abrir um livro” significava “desenrolar o rolo” (Lc.4:17). Alguns rolos eram escritos por dentro e por fora e, quando a escrita ficava fraca por causa do tempo do manuscrito, os escribas tinham por costume, escrever por cima das letras, ou para reacendê-las, ou para escrever um outro manuscrito. Geralmente os rolos eram guardados em vasos ou potes de terracota. Por volta do Séc.II d.C., surge o predecessor do livro moderno propriamente dito, ou seja, páginas formando o **códex** ou códice. Percebe-se assim que tudo era escrito à mão; as primeiras palavras impressas surgiram no início do Séc.XVI. Eis aqui a complexidade do estudo da transmissão do texto da Bíblia, produzido de mão em mão, suscetível a erros de copistas humanos e a acréscimos pessoais. Como garantir a integridade do texto bíblico? A segunda pista é fundamental.

1.7.2 – PRESERVAÇÃO DA LITERATURA BÍBLICA ANTIGA FACE ÀS DEMAIS LITERATURAS – Até o que se conhece e até o que se tem descoberto, não possuímos os originais legítimos que saíram das mãos dos primeiros escritores do Antigo e do Novo Testamento. Temos cópias das cópias das cópias... Entretanto, isso não deve causar desânimo. A Crítica Textual tem mostrado que os copistas antigos tiveram enorme zelo na transmissão do texto da Palavra de Deus. De acordo com Rudolf Thiel “nenhum livro da antigüidade foi transmitido com tanta limpidez, com tanta certeza e precisão quanto a Bíblia”. Comparemos a Bíblia com outras literaturas. Primeiro, com relação à quantidade de manuscritos, as obras de Homero possuem pouco mais de 500 cópias e os Anais de Tácito possuem apenas um manuscrito. Com relação ao intervalo de tempo entre o autor e o manuscrito mais antigo, temos as obras de Aristóteles (450 a.C.), cujas cópias mais antigas datam do Séc.XII d.C; a maioria dos manuscritos de autores gregos estão mais de mil anos afastados do original. Alguns autores latinos (Vergílio, por exemplo) possuem um intervalo menor (300 anos). Com relação à Bíblia, vejamos separadamente o Antigo e o Novo Testamento:

1.7.2.1 – **Antigo Testamento** – Até 1947 o mais antigo manuscrito do AT era o Papiro Nash, e encontrado em 1902 no Egito, contendo apenas Êxodo 20:2-17 e Deuteronômio 15:6-21. Foi datado por Albright entre 150 e 11 a.C. Outros autores datam do ano 100 a.C. No decorrer do Séc.XIX d.C. outros manuscritos mais completos do AT foram descobertos e datavam de 500 a 1000 d.C, como por exemplo, o Códex Leningradensis, um manuscrito de todo o AT copiado em 1008 d.C. Em 1947, um jovem beduíno procurava por uma cabra perdida numa das fendas localizadas no alto das rochas na localidade conhecida por Vadi-Qumran, no deserto, cerca de 15 km ao sul de Jericó. Descobriu ali numerosos potes de terracota (60 cm) dos quais saíam rolos de couro mal-cheirosos, envoltos em cordas sujas. Depois de passar das mãos do beduíno para as mãos de comerciantes que viajavam pelo deserto, alguns rolos chegaram ao bispo católico de Jerusalém, Atanásio Samuel e, das mãos deste, para a responsabilidade de arqueólogos num trabalho financiado pelos governos de Israel e dos Estados Unidos que, a partir de então, isolaram a área para evitar a invasão de caçadores de tesouros. Com a evolução dos trabalhos de exploração arqueológica foram descobertas mais de dez cavernas totalizando onze grutas dentro das quais foram encontrados aproximadamente 800 rolos (516 apenas em uma gruta) e mais de 15.000 fragmentos de manuscritos. Que manuscritos eram esses? Na verdade, continham cópias e fragmentos de todos os livros do Antigo Testamento (menos o livro de Ester), textos relativos a manuais e regras de conduta e textos não canônicos (por exemplo, o Livro de Henoc), redigidos em hebraico e aramaico. Qual teria sido a principal contribuição das descobertas dos manuscritos do Mar Morto para os estudos bíblicos? A resposta poderá ser obtida se considerarmos que o método do radiocarbono localizou a produção dos manuscritos do Mar Morto entre 150 a.C. e 70 d.C., portanto, ainda mais antigos cerca de mil anos em relação aos manuscritos mais completos existentes até então. A partir daí, os pesquisadores desenvolveram um trabalho de comparação dos textos já existentes com os manuscritos de Qumran. Qual não foi a surpresa ao ver que existiam poucas diferenças entre os textos e que a

maior parte dessas diferenças estava relacionada com a omissão por engano de letras ou palavras e que o texto básico permaneceu consistente. Isso revelou o cuidado dos copistas no trabalho de reprodução do texto, confirmando a dinâmica da evolução do texto bíblico.

1.7.2.2 – **Novo Testamento** – Até 1859 o manuscrito mais antigo do NT era o Papiro 52, um fragmento contendo partes de João 18, datado do ano 120 ou 130 d.C., provavelmente copiado cerca de 40 anos depois da escritura do quarto evangelho. Então, no Mosteiro de Santa Catarina, localizado na região do Sinai, foi descoberto o Códex Sinaítico, com todo o Novo Testamento, datado de aproximadamente 350 d.C. (uns 250 anos depois de concluído o Novo Testamento). Hoje esse manuscrito está guardado no Museu Britânico. Um outro manuscrito encontrado foi chamado de “Códex Efraimita Rescrito”, copiado por volta de 400 d.C (encontrado atualmente em Paris). A curiosidade aqui é que os pesquisadores perceberam que o texto do Novo Testamento tinha sido “raspado” para que fossem escritos sobre ele os sermões de Efraim, o sírio (Existem cerca de 40 documentos assim). Com a ajuda desses pesquisadores e técnicos o texto do Novo Testamento foi recuperado.

### 1.7.3 – CONSTATAÇÕES DA PESQUISA TEXTUAL FACE AO ENCONTRO DE NOVOS MANUSCRITOS.

1.7.3.1 – Considerando que a maioria dos manuscritos mais antigos e mais próximos dos originais só foi descoberta nos séculos XIX e XX, percebe-se a limitação que os tradutores antigos tiveram. Por exemplo, o primeiro Novo Testamento impresso, o de Erasmo (1516 d.C.) era baseado em dois manuscritos de qualidade inferior, copiados no Sec. XII d.C. Para o livro do Apocalipse de João, Erasmo dispunha de apenas um manuscrito grego que não tinha os últimos seis versos do Apocalipse. A solução foi utilizar o texto da Vulgata para fazer a tradução para o grego. Com relação a outra tradução importante, a de Almeida, podemos afirmar que hoje temos um texto grego melhor do que aquele que ele utilizou, visto que Almeida serviu-se de textos mais distantes dos originais grego e hebraico do que os manuscritos que hoje conhecemos. É por isso que de tempos em tempos saem revisões “de acordo com os melhores textos em hebraico e grego”. Resumindo, o AT hebraico e o NT grego em uso atualmente leva em conta todo o material disponível, ou seja, não reproduz um só manuscrito, mas é uma combinação entre eles, sendo o material agrupado por afinidade. As bíblias de estudo geralmente trazem notas de rodapé sobre os termos variantes, mostrando que o termo “tal” não aparece nos “manuscritos mais aceitos” ou nos “manuscritos mais antigos”. O tradutor procura não fazer juízo de valor sobre aquele termo apesar dele não existir nos manuscritos mais próximos dos originais. Coloca o termo com uma observação. O Novo Testamento está preservado em mais de 5400 manuscritos gregos anteriores a 1500 e em traduções antigas para o latim, cujas cópias chegam a mais de 10.000 manuscritos. Leve-se em conta também as citações dos pais eclesiásticos a partir do final do Séc.I d.C.

1.7.3.2 – A existência das variantes deve-se ao fato de que os copistas eram seres humanos e que, por isso, podiam errar determinadas palavras, ou até mesmo acrescentar algumas para poder explicar melhor o sentido de alguns termos difíceis para a comunidade à qual se dirigiam. A existência das variantes, contudo, não afeta a doutrina cristã, pois deve-se atentar para o todo e não para a parte do texto.

- **Variantes involuntárias** – Lc.10:32 não está no Códex Sinaítico. Trata-se de uma linha com final idêntico ao do verso 31? Em Is.21:8 temos אֵיִלֵּן ( ar’yeh → Leão) ou אֵיִלֵּן ( haroeh → vidente, o que vê). Trata-se de provável transposição de letras hebraicas parecidas. O Isaías de Qumram conserva o termo “haroeh”. Inversão de אֵיִלֵּן (Aram) por אֵדֹם (Edom) em virtude de conterem letras parecidas (I Rs.16:5-7).
- **Variantes intencionais** – Os termos “de aquele” para “daquele” em Ap.1:4 (corrigir a gramática?). Em Jz.18:30, Moisés ou Manasses (excesso de piedade?). Em Jo.7:8, o termo “ainda” não existe em vários manuscritos (Não iria à festa, mas acabou indo).

## II – BÍBLIA – GEOGRAFIA E ARQUEOLOGIA

O estudo dos termos "Geografia e Arqueologia Bíblica" é de vital importância para uma correta interpretação da Bíblia. O conhecimento dos diversos aspectos geográficos nos transporta para o mundo bíblico e nos traz um clima de pertinência à época dos patriarcas, profetas e a de Jesus. Não apenas aspectos físicos devem ser considerados nesse estudo mas, o conhecimento de uma terminologia peculiar e sua relação com o nosso contexto também devem ser levados em conta. Por exemplo, falar sobre "judeus", "hebreus", "israelitas", significa falar sobre uma mesma realidade? Existe alguma relação entre esses termos com a palavra "israelenses"? Alguns mitos permanecem na mente de muitos cristãos por falta do conhecimento dessa terminologia. O estudo da Arqueologia Bíblica é de igual importância. Antes do seu advento (Séc. XIX), o mundo bíblico parecia um mundo que não era nosso. A "história sagrada" parecia sucedida de um outro planeta distante, num cenário sem qualquer relação com a história dos demais povos da terra. Em termos práticos não parecia haver diferença entre as narrativas bíblicas e as da mitologias greco-romana. O que a arqueologia pode fazer pelos estudos bíblicos é proporcionar um contexto físico quanto ao tempo e lugar que constituíam o meio em que viviam aqueles que produziram a Bíblia e os que nela são mencionados. Segundo o Pe. Roland De Vaux, a Arqueologia não prova a Bíblia uma vez que a verdade bíblica é de ordem religiosa: a voz de Deus e a do homem em suas diversas relações. Estas verdades espirituais não se provam nem se contradizem, não se confirmam nem se invalidam pelas descobertas materiais da Arqueologia. Muito mais importante é o fato que a Arqueologia Bíblica tem situado cada vez mais o texto sagrado no contexto da história geral. Assim, a verdade da Bíblia não é o conjunto de relatos cronológicos precisos ou exatos de fatos ali mencionados. É indispensável levar em conta que a Bíblia como história é basicamente história da salvação e não um texto de história no sentido usual da palavra que o historiador moderno considera. O propósito supremo da Bíblia é revelar, na esfera específica das relações entre Deus e o Homem, a ação redentora de Deus. Essa intervenção divina na vida do homem sobre a terra tem lugar num contexto histórico determinado.

### 2.1 – ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA PALESTINA NO TEMPO DO ANTIGO E DO NOVO TESTAMENTO.

Uma observação atenta ao mapa bíblico revelará que a Palestina ficava numa posição extremamente incômoda no Oriente antigo, pois era caminho central para passagem de guerras e de conquistas inimigas. Nos tempos de guerra em que havia conquista de terras, a superfície da Palestina tornava-se maior, e nos tempos em que era conquistada, sua superfície perdia tamanho. Por isso torna-se difícil falar uniformemente da "Terra Santa" sem considerá-la dentro de diversos estratos históricos. Por exemplo, na época de Jesus, o território media aproximadamente 30.000 Km<sup>2</sup> (250 km/norte-sul por 120 km/leste-oeste) maior que o estado de Alagoas que mede 27.500 Km<sup>2</sup>. Em maio de 1948, com a proclamação do Estado de Israel, o território pertencente àquele país tinha área de 20.762 Km<sup>2</sup>. Após a "Guerra dos Seis Dias", em junho de 1967, o território de Israel passou a ter 89.351 Km<sup>2</sup>, indo do Sinai até a Faixa de Gaza (quase igual ao Estado de Pernambuco, que mede 98.300 Km<sup>2</sup>). A partir de então diversos territórios palestinos foram ocupados por Israel, o que tem gerado até os dias de hoje um requerimento dessas terras para formação de um estado palestino independente. A intolerância tem gerado atos de terror e de repressão e os acordos de paz ainda não devolveram a real tranqüilidade aos povos palestinos. A seguir estudaremos aspectos tais como clima, relevo e hidrografia pelesinense.

2.1.1 – CLIMA - A Palestina situa-se na faixa subtropical, sendo seu clima típico com apenas duas estações: chuvosa, com frio e seca, com calor. Em Jerusalém, por exemplo, no inverno o termômetro desce a 6 graus positivos e algumas vezes a zero, com neve. No verão o termômetro atinge cerca de 30 graus positivos. No deserto, o inverno traz uma temperatura de 25 graus, mas, no verão sobe para 45 e até 50 graus positivos.

2.1.2 – RELEVO – A Palestina possui um território bastante montanhoso. É conhecida pela Bíblia como "Terra de Montes e Vales" (Dt. 11:11). Planícies são encontradas geralmente na região média que, na época do Novo Testamento era conhecida pelo nome de Samaria. O que mais caracteriza a Palestina é mesmo a quantidade de montes e a relação dos mesmos com um significado religioso.

Desde os tempos antigos os montes eram vistos como locais onde Deus se fazia presente e que, por isso, se revelava através de teofanias (Moisés e a Sarça Ardente no Monte Horebe). Assim os montes eram elementos da memória religiosa dos hebreus antigos e, geralmente, cada um deles estava associado a um feito de Deus no passado ou um encontro com um patriarca. Relataremos a seguir alguns dos mais importantes montes e eventos bíblicos à eles relacionados.

2.1.2.1 – MONTE HERMON – É o monte mais alto da Palestina com 2.800 m acima do nível do mar. Situa-se no extremo norte, próximo ao Líbano. Provavelmente foi ali que Jesus transfigurou-se diante de seus discípulos (Mt. 16:13-17:1); figura poética dos Salmos (Sl. 89:12-133:3) e bem próximo a ele se encontram as nascentes do Jordão.

2.1.2.2 – MONTE GERIZIM – Situado na região média palestinese (Samaria), bem próximo a cidade de Siquém, com aproximadamente 920 m de altura. Conta-nos Flávio Josefo, um historiador judeu primitivo, que Manassés, irmão do sumo sacerdote Jádua, casou-se com a filha de um estrangeiro chamado Sambalat, contrariando aos anciãos de Jerusalém, sendo por isso excomungado. Em 330 a.C., construiu um templo neste monte para competir com o templo de Jerusalém. É sobre essa competição que se refere a mulher samaritana em João 4:20. É o monte onde foram pronunciadas as bênçãos no Antigo Testamento (Dt. 11:29-30), sendo que, defronte dele, ficava o Monte Ebal (890 m), sobre o qual foram pronunciadas as maldições (Dt. 27:11-26).

2.1.2.3 – MONTE TABOR – Situado na Galiléia, próximo a Nazaré, tendo como evento principal a convocação dos exércitos de Baraque (Jz. 4:6,12-14).

2.1.2.4 – MONTE CARMELO – Situado na Galiléia (535 m), local onde Elias desafiou os profetas de Baal (I Rs.18:20).

2.1.2.5 – MONTE NEBO – Localiza-se na Pareia, antiga região da atual Jordânia, próximo à cidade de Jericó. Segundo a Bíblia, ali morreu Moisés (Dt. 34:1).

2.1.2.6 – “Cornus de Hatim” – Fica a noroeste do Mar da Galiléia, cuja bacia está a 205 m abaixo do Mediterrâneo. O monte deve estar a 180 m sobre o vale, entre cidade de Cafarnaum e o Monte Tabor. O monte descreve uma meia-lua e tem dois picos principais em forma de chifres, daí a razão do nome. Segundo a tradição, esse é o monte onde Jesus teria proferido o “sermão do monte” (Mt. 5:1).

2.1.2.7 – MONTE CALVÁRIO – Nome grego para “Golgota”, situado bem próximo a Jerusalém, tendo como principal evento a crucificação de Jesus.

2.1.2.8 – MONTE DAS OLIVEIRAS – Elevação de 820 m ao redor de Jerusalém, tendo como evento marcante a ascensão de Jesus (At. 1:12).

2.1.2.9 – MONTE SIÃO – Situado na Judéia, bem próximo a Jerusalém. Alí Davi edificou o seu palácio. Durante muito tempo esse monte representou a nostalgia judaica que ansiava por um messianismo davídico de ordem política. Isso está bem evidente em alguns salmos (Sl. 125:1; 126:1; 133:3; 137:1).

2.1.2.10 – MONTE SINAI (HOREBE) – O monte que a Bíblia identifica como “Sinai” é, na verdade, um dos montes de uma extensa cadeia conhecida pelo mesmo nome, situada no deserto arábico ao sul da Palestina, próximo ao Egito. Nessa região, Moisés foi vocacionado (Ex. 3), recebeu as Tábuas da Lei e expôs o pacto com o povo (Ex. 19 e 24).

2.1.2.11 – MONTE MORIÁ – Em princípio, Moriá é o nome de uma região ao norte de Jerusalém (Gn.22), onde Abraão foi oferecer o seu filho como sacrifício. Mais especificamente, denomina o local onde Salomão construiu o templo (II Cr. 3:1).



2.1.3 – HIDROGRAFIA – Estudo dos mares, rios e lagos, conforme abaixo relacionados:

2.1.3.1 – MAR MEDITERRÂNEO – Chamado “Mar Grande” (Js. 1:4) e “Mar dos Filisteus” (Ex. 23:31). Banha a Europa Meridional, a Ásia Ocidental e a África Setentrional. Na costa de Israel era de pouca profundidade; isto explica a não exploração da atividade marítima pelos judeus antigos.

2.1.3.2 – MAR VERMELHO – Segundo alguns esse nome denomina o golfo de Acaba, também conhecido como Golfo de Suez, um braço de mar no deserto do Sinai. Por ali teriam passado os israelitas na fuga do Egito, entretanto, outros defendem que o local de travessia teria sido o mar dos Caniços, um golfo do Mar Mediterrâneo ao norte do Egito. Segundo os arqueólogos é mais provável um pântano que um Mar ao norte.

2.1.3.3 – RIO JORDÃO – Nasce próximo ao Monte Hermon e desemboca no Mar Morto, percorrendo cerca de 200 Km, com largura variando entre 11 e 60 metros e profundidade indo de 1 a 5 metros. Possui um aspecto religioso muito profundo, sendo considerado um rio “sagrado” para os judeus. Por ele Josué atravessou com os hebreus a pés enxutos (Js. 3:15), Naamã foi curado da lepra (II Rs. 5) e Jesus foi batizado por João, o Batista, próximo a Jericó.

2.1.3.4 – LAGO MEROM (HULET) – Na Galiléia, forma-se uma espécie de lago pantanoso, enorme, com 8 km de comprimento por 4 km de largura. Liga o Jordão ao sul de Israel. Existiam ali muitos papiros tais quais existentes no Rio Nilo.

2.1.3.5 – “MAR DA GALILÉIA” (LAGO DE GENESARÉ, TIBERÍADES, QUINERT) – Chamado de “Mar” devido a imensidão de suas medidas: 26 km Norte-Sul e 10 km Leste-Oeste. Várias cidades importantes se formaram ao seu redor: Tiberíades, Betsaida e Cafarnaum. Nas suas margens, Jesus chamou os seus primeiros discípulos pescadores; ali acalmou uma tempestade e bem próximo multiplicou pães e peixes. Defronte ao lago da Galiléia, na elevação conhecida pelo nome de “Cornus de Hatim”, Jesus proferiu o Sermão do Monte.

2.1.3.6 – “Mar Morto” – Grande lago de sal, começando na Judéia, com 78 km de comprimento por 18 km de largura. Possui águas densas e pesadas, possuindo 6 vezes mais sal que as águas dos oceanos. São tão densas que nenhuma pessoa afunda nelas, sem a possibilidade de oxigenação, não permitindo assim a existência de vida sub-aquática (daí o termo “Morto”). Está situado a 400 m abaixo do nível do Mediterrâneo.

2.2 – ARQUEOLOGIA BÍBLICA – A Arqueologia é uma ciência que estuda as civilizações antigas e/ou desaparecidas através dos vestígios de suas respectivas culturas. Esta é uma definição bem simples que não pretende esgotar a matéria. Entretanto, o objetivo desse capítulo não é o estudo da Arqueologia em si mesma, mas a compreensão das suas descobertas com relação a Bíblia. A seguir, algumas contribuições da Arqueologia para o estudo da Bíblia, os métodos utilizados e as principais descobertas.

2.2.1 – CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA PARA A BÍBLIA:

2.2.1.1 – Tem contribuído para elucidação da história de Israel e de sua cultura.

2.2.1.2 – Tem ajudado na compreensão da história bíblica como algo que se insere no tempo e no espaço, ou seja, na história.

2.2.1.3 – Tem ajudado a provar a veracidade do texto bíblico em suas múltiplas cópias, através da comparação de achados antigos com os textos ora existentes (vide Qumran).

2.2.1.4 – Tem contribuído para a descoberta e compreensão das línguas antigas e sua relação com os povos do Oriente antigo.

## 2.2.2 – MÉTODOS UTILIZADOS – Os principais métodos utilizados são os seguintes:

2.2.2.1 – Escavações – Consistem na remoção do entulho arqueológico resultante da ação do tempo, levando-se ainda em consideração a prática antiga de se construir sobre o que estava destruído. O entulho ou “lixo” arqueológico formavam uma colina ou elevação chamada “Tell”. Por exemplo, na descoberta da antiga Jericó, percebeu-se o acúmulo de camadas superpostas de blocos de pedra diferentes que praticamente denunciava a dinâmica de destruição e construção em épocas diferentes.

2.2.2.2 – Recuperação do Material Estragado – Muito utilizada em caso de papiros e pergaminhos “queimados” pela ação do tempo, num trabalho bastante cansativo e criterioso no objetivo de reconstituir o material estragado para a interpretação de determinados símbolos ou códigos de linguagem.

2.2.2.3 – Radiocarbono ou Carbono 14 – Esse método é utilizado para datar com aproximação a idade dos vestígios encontrados. Segundo Diego Arenhoevel, o método do radiocarbono se baseia em quatro constatações importantes: 1) Os raios cósmicos produzem na atmosfera átomos de radiocarbono, de peso atômico 14 e símbolo C-14; 2) As plantas absorvem o radiocarbono, o qual, por esse intermédio, penetra no organismo das pessoas e dos animais através dos alimentos; 3) Quando o ser morre, a massa de carbono começa a diminuir. Os átomos se desagregam e cerca de 5600 anos mais tarde só resta metade do C-14 original. Depois de outros 5600 anos, este resto, por sua vez, fica reduzido a metade, ou seja, a um quarto da massa primitiva. A massa de radiocarbono se reduz sempre a metade dentro de igual período de tempo; 4) A partir desse princípio é possível determinar, com bastante aproximação, a idade de uma substância orgânica morta, como por exemplo, a madeira. Os cientistas podem constatar em que época foi abatida a árvore ou morta a ovelha, cujos restos manufaturados vieram a luz em uma determinada camada.

2.2.3 – Através de escavações muitas descobertas importantes foram realizadas. As antigas cidades de Ai e Jericó foram encontradas e trouxeram consigo euforia para os pesquisadores incansáveis e ceticismo e decepção para os teólogos fundamentalistas. Em Jericó, por exemplo, revelou que a cidade, que era pequena não sofreu apenas uma invasão, mas duas ou três; foram identificadas três camadas de pedras distintas que revelaram construções diferentes em épocas distintas, visto que os povos antigos tinham o costume de construir sobre o que estava destruído. Outra importante novidade é que, com isso a comunidade científica ficou sabendo que Jericó já existia há pelo menos 4.000 anos a.C. É bom ressaltar que a Jericó dos tempos de Jesus não é a mesma dos tempos de Josué (dista a 2 km). Também os resultados das escavações confirmaram que a conquista de Canaã por parte das tribos israelitas, pelos meados do Séc. XIII, não aconteceu sempre por conflitos violentos. No fim da idade do bronze antigo (2100 a.C.) foram abandonadas muitas cidades e fortalezas, que só voltaram a serem habitadas num período avançado da idade do ferro (1200 – 600 a.C.). Entretanto, até agora, a Arqueologia não pode fornecer nenhum dado decisivo sobre o desenrolar da conquista. Assim, muitos teólogos concordam com a tese de que a intenção do redator bíblico ao relatar seu “diário de guerras” conforme temos no livro de Josué era a de salientar a conquista de Canaã Central (Jericó) como um modelo da conquista de todo o país. Essa conquista constituiu para os seminômades israelita um acontecimento do qual eles próprios não se julgavam capazes, significando para eles uma dádiva de Deus. Entretanto, a principal descoberta arqueológica para a comunidade teológica foi a descoberta dos manuscritos do Mar Morto, na localidade conhecida por Qumran, no deserto, cerca de 15 km ao sul de Jericó. O valor dessa descoberta já foi asseverado no estudo sobre a transmissão do texto do Antigo Testamento. Essa descoberta foi, na verdade, o princípio de uma outra de amplitude maior. A partir dela, escavações foram realizadas na região próxima às cavernas e revelaram o ambiente que produziu os manuscritos, um mosteiro que abrigou, no segundo século a.C., uma seita judaica conhecida pelo nome de essênios, cujas características de isolamento tendiam para observação mais rigorosa de preceitos, com um tom fortemente apocalíptico, incluindo regras de comunidade e rituais de iniciação. Essa seita não é mencionada no Novo Testamento, mas a partir de sua descoberta, alguns personagens bíblicos, tais como João Batista e até mesmo Jesus, foram apontados por alguns pesquisadores como possíveis participantes ou com alguma ligação com os essênios. Esse assunto merece um estudo à parte numa disciplina introdutória ao Novo Testamento.

### III – A BÍBLIA – CÂNON

A palavra "cânon" procede do grego que por sua vez, recebeu-a da língua semítica. Significa literalmente "cana, junco, vara de medir". Era um bambu que servia como padrão de medida das coisas, assim como possuímos o "metro" nas lojas de confecções. Depois o termo foi utilizado no sentido ético, significando "regra", "padrão de conduta", conforme temos em Gl.6:16. Por isso, o "Cânon" tomou sentido de "regra de fé" ou de "escritos normativos". Em 352 d.C., um pai da igreja chamado Atanásio de Alexandria aplicou pela primeira vez o termo "cânon" aos livros que a igreja reconhecia oficialmente como padrão de conduta e de fé. Pode-se conceituar o Cânon como o corpo definitivo de literatura sagrada que foi reconhecido oficialmente como divinamente inspirado e autorizado. Este conceito levanta questões sobre a dinâmica do processo de reconhecimento dos livros. Abaixo, algumas sentenças para reflexão e análise:

- *Canonização é um processo exclusivamente humano, ou seja, pertinente a autoridade eclesiástica?*
- *O papel da autoridade eclesiástica se resume em reconhecer os livros que já vinham dando evidência de conter autoridade divina em virtude de sua inspiração?*
- *A ação divina de "inspirar e de iluminar" incide também no processo de canonização?*
- *Qual a distância ou o que separa livros existentes no Cânon atual daqueles livros que, por um momento pertenceram ao Cânon e por outro estavam eliminados?*
- *Por quê existem bíblias diferentes quanto ao conteúdo dos livros?*
- *Qual o tamanho do "meu" cânon?*

O objeto das questões acima é fomentar a discussão em torno do Cânon e preparar o grupo para o conhecimento e compreensão dos processos que envolveram a fixação dos livros do Antigo e do Novo Testamento.

3.1 – ETAPAS DE FORMAÇÃO DOS LIVROS BÍBLICOS – Em geral, os livros bíblicos passam por três etapas desde a sua origem até o reconhecimento como escritura sagrada.

3.1.1 – ETAPA DE TRANSMISSÃO ORAL – Essa fase precede a escritura do livro. O conteúdo futuro do livro circula de maneira oral através de formas fixas de transmissão. Era forma comum aos povos orientais. Muitas leis circularam primeiramente na forma oral. Os evangelhos representam a redação da pregação dos apóstolos sobre Jesus e a escritura dos mesmos ocorre a partir de 30 anos depois da morte de Jesus. Realizar a leitura dos seguintes textos: Dt. 6:6-7 e Lc. 1:1-4.

3.1.2 – ETAPAS DE ESCRITURA – Nessa fase todas as tradições e pregações são colocadas na forma de escritura, regidas por motivos, razões ou objetivos. Durante o desenrolar dessa unidade serão discutidas essas motivações tanto para o Antigo quanto para o Novo Testamento.

3.1.3 – ETAPAS DE CANONIZAÇÃO – Nesse período ocorre o conhecimento e o reconhecimento da escritura como literatura autorizada. A fase começa antes mesmo dos concílios eclesiásticos, revelando a força da comunidade no processo de seleção. Um bom exemplo é a coleção das cartas de Paulo que se encontrava sedimentada quando Marcião divulgou uma das primeiras listas de livros reconhecidos na segunda metade do Séc. II (conforme seu entendimento). No Antigo Testamento um bom exemplo é o livro de Éster que foi canonizado muito mais pela utilização comunitária que propriamente pela adoção de critérios impostos. Cabe agora analisar que critérios teriam norteado não apenas a comunidade mas também os concílios no processo de canonização.

3.2 – FORMAÇÃO DO ANTIGO TESTAMENTO – Segundo Alfred Laplle, foram motivos determinantes para a redação da tradição transmitida oralmente:

- A sedentarização das diversas tribos israelitas.
- O interesse da monarquia (sob Davi e Salomão) de ligar a história da própria dinastia com a das doze tribos de Israel.

Esses motivos podem ser compreendidos como base, mas não únicos. Os discípulos dos profetas conservaram muitas pregações contra a monarquia e contra a idéia comum sobre eleição (vide Amós e Jeremias). A formação do Cânon do Antigo Testamento ocorreu de forma progressiva e lenta seguindo uma ordem que começou com a Torah, depois os profetas e, finalmente, os demais escritos, conforme estudo separado.

3.2.1 – A LEI – Não se sabe exatamente quando a Torah foi considerada em princípio como uma literatura normativa e inspirada. Sabe-se que Moisés foi mediador dessa instituição e que as suas tradições tornaram-se normativas para as tribos na fase inicial de Israel em Canaã. Entretanto, leis posteriores foram adicionadas pelo Deuteronômio e um fato extremamente curioso foi o encontro do chamado “Livro da Lei” no templo em 621 a.C., por ocasião da reforma de Josias (II Rs. 22:8-10). Ora, se foi encontrado é porque estava perdido ou esquecido donde surge a questão em torno do valor que a comunidade atribuía à Torah. É bom salientar aqui que esse “Livro da Lei” encontrado no templo não era o Pentateuco completo, mas uma parte daquilo que hoje se chama Deuteronômio. A data importante para se considerar a canonização da lei deve ser fixada no Séc. V a.C., quando o movimento iniciado por Esdras culminou na valorização canônica desses livros (Ne. 8:10). Pode-se usar esse período como um limite mínimo de referência ao reconhecimento de uma literatura normativa ao Antigo Testamento.

3.2.2 – OS PROFETAS – No prólogo do livro apócrifo “Eclesiástico”, o neto do autor, Jesus Ben Siraq escreve (132 a.C.) que os judeus já tinham três divisões em sua escritura: a lei, os profetas e os “outros livros”. No livro, o avô, Jesus Siraq (180 a.C.), menciona Jeremias, Isaías, Ezequiel e os doze profetas menores. Essa menção é uma referência importante para a consideração dos livros proféticos como material lido e reconhecido como inspirado.

3.2.3 – OS ESCRITOS (HAGIÓGRAFOS) – Conforme visto no prólogo do livro “Eclesiástico”, escrito em aproximadamente 132 a.C., havia uma terceira divisão cujos livros ainda não eram bem delimitados. Deve-se entender que até o primeiro século da era cristã não havia qualquer corpo oficial ou organizado com o encargo de determinar quais os livros que deviam ou não deviam ser sagrados. A própria divisão em leis e profetas era mais uma ressonância do uso comunitário do texto que propriamente uma determinação da autoridade religiosa judaica. Na época de Jesus essa definição era clara com referência as duas primeiras divisões (Mt. 7:2), mas com relação a terceira, nada estava definido (Lc. 24:44). Nem Jesus nem os apóstolos estavam preocupados com o tamanho do Cânon; apenas usavam o cânon disponível compreendendo-o como palavra de Deus. Entretanto, um fator essencial para que os judeus determinassem o fechamento de seu Cânon: a ameaça dos cristãos, que estavam usando essas escrituras para atestar Jesus como o Messias e Salvador. Por isso, dois importantes concílios foram realizados na cidade de Jamnia em 90 e 118 d.C. Nesse período o historiador judeu Flávio Josefo foi de extrema importância. De acordo com o seu testemunho os livros sagrados eram ao todo 22 (corresponde aos nossos 39 livros, sendo que Josefo aglutinou vários livros). Outrossim, os judeus da dispersão e os de Qumran liam livremente diversas escrituras que não se achavam classificadas no Cânon palestinese. Apesar de muitos defenderem a idéia de que os concílios realizados em Jamnia não determinaram a extensão do Cânon, não se pode negar que eles contribuíram decisivamente para o fechamento do mesmo. Uma pergunta aqui deve ser colocada: Que critérios foram utilizados para separar livros sagrados de livros espúrios? Os padrões norteadores do processo, descritos no Talmud, foram os seguintes:

- a) O nome especial de Deus (Y<sup>e</sup>hweh) deveria constar no livro.
- b) O livro deveria ser escrito na língua hebraica.
- c) A origem do livro deveria estar no chamado "período de revelação", ou seja, na concepção judaica o período que vai de Moisés até Artaxerxes I (400 a.C.). A razão histórica para esse conceito é o florescimento do movimento apocalíptico, cujos escritos suplantavam a própria lei, sendo atribuídos a personagem que teriam vivido antes de Moisés (pseudepigráficos).
- d) Autoria profética – a primeira qualificação de um profeta seria a de ser possuído pelo Espírito Santo para que Deus falasse a sua palavra por meio dele.

3.3 – LIVROS APÓCRIFOS – O termo "apócrifo" vem da língua grega e traduz-se literalmente por "secreto", "oculto". Nas religiões de mistério da antiguidade era aplicada a doutrinas cujo conhecimento não era acessível a discípulos que estivessem num nível inferior de acesso a outro maior. Assim, o conteúdo doutrinário do nível superior era "apócrifo" para aquele discípulo, ou seja, não revelado. Esse tipo de orientação ainda acontece hoje em algumas sociedades secretas tais como a Maçonaria. Com relação ao Cânon bíblico, o termo foi utilizado pela primeira vez pelo teólogo Karstadt em 1520. No início do estudo dos livros apócrifos o estudante deve tomar conhecimento de uma questão de terminologia que separa protestantes de católicos. Os livros que os protestantes chamam "apócrifos" são considerados pelos católicos como "deuterocanônicos", isto é, "canonizados posteriormente". Essa compressão vem do fato que o Cânon de 39 livros cristãos do Antigo Testamento é uma herança judaica (chamado de "Protocanônicos" – canonizados primeiramente) enquanto que os livros chamados apócrifos foram acrescentados no Cânon pelos cristãos (chamados por isso "Deuterocanônicos" – canonizados posteriormente). Os protestantes, portanto, ficam com os critérios dos judeus do Séc.II, que consideram esse livros dentro de um período de "não revelação". Ainda existe um outro grupo de escritos chamado pelos protestantes de "pseudo-epígrafos; esses livros foram escritos por volta de 200 e 100 a.C., geralmente de caráter apocalíptico, bastante fantasiosos e restritos à seitas fechadas (vide Qumran). A caracterização de "pseudo-epígrafos" deve-se ao fato que eles tinham autoria declarada a personagens antigos tais como Henoc. Esses livros são considerados pelos católicos como "apócrifos". Para uma melhor visualização da matéria desenhamos o quadro abaixo:

<b>Terminologia Protestante</b>	<b>Título do livro</b>	<b>Terminologia católica</b>
"apócrifos" não pertencem a Bíblia	Tobias Judite 1 e 2 Macabeus Sabedoria de Salomão Eclesiástico Baruc Acréscimos a Ester (10:04 – 16:24) Acréscimos a Daniel (3:24-90)	"deuterocanônicos" pertencem a Bíblia
"pseudo-epígrafos" não pertencem a Bíblia	3-4 Macabeus Salmos de Salomão Henoc Livro dos Jubileus Ascensão de Moisés Testamento dos Doze Patriarcas Martírio do Profeta Isaías 3 e 4 Esdras	"Apócrifos" não pertencem a Bíblia

### 3.3.1 – CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SURGIRAM OS APÓCRIFOS

3.3.1.1 – Após Ageu, Zacarias e Malaquias, a profecia emudeceu. As profecias que apontaram tempos opulentos e descreveram o Messias e o seu reino de glória começaram a deixar os judeus decepcionados por causa do não cumprimento imediato dessas promessas. A produção da literatura dessa época tinha o objetivo de confirmar a fé popular na esperança messiânica.

3.3.1.2 – A nostalgia advinda da dispersão dos judeus após a destruição de Judá, quando foi quebrada a hegemonia e enfraquecida a força de suas tradições, adquirindo um novo tipo de vida e costumes. A nostalgia vem do fato que eles sempre lembravam de Jerusalém e dos símbolos de suas tradições.

3.3.1.3 – As perseguições movidas pelos sírios contra os judeus após a morte de Alexandre Magno; quando essas perseguições aumentaram (167 a.C), multiplicou-se a literatura apócrifa, pois o nacionalismo judaico foi humilhado, o templo profanado (vide Antíoco Epifanio IV) e os tesouros de seu passado arrebatados.

### 3.3.2 – CONTEÚDO DOS LIVROS APÓCRIFOS

3.3.2.1 – JUDITE – Escrito por volta do ano 300 a.C. em hebraico, contém narrativas sobre a libertação de Betúlia sitiada por Holofernes, general de Nabucodonosor, graças ao feito heróico de Judite. A mensagem básica do livro é que o ser humano deve cumprir a lei de Deus estritamente para receber dEle a ajuda.

3.3.2.2 – SABEDORIA DE SALOMÃO – A intenção deste livro é conduzir o leitor a verdadeira sabedoria e, conseqüentemente, a uma vida agradável a Y<sup>e</sup>hweh. A sabedoria só é concedida ao justo, para o qual está reservada uma magnífica recompensa, apesar da hostilidade dos ímpios, recompensa essa que consiste em ser revestido por Deus com o dom da imortalidade. Foi escrito por um judeu egípcio entre o final do primeiro século a.C. e o primeiro século d.C., mantenedor das tradições dos círculos de sabedoria ligados ao Rei Salomão.

3.3.2.3 – TOBIAS – Conta a história da família de Tobias, judeus da tribo de Naftali deportados para Nínive. O livro exalta a estrita observação da lei, contendo relatos de um judaísmo que não rejeita o uso da magia; o autor se refere ao emprego do fel, fígado e do coração do peixe para curar Tb.8:1-3). Foi escrito por volta de 200 a.C. talvez no Egito ou na Síria.

3.3.2.4 - ECLESIAÍSTICO – O livro compõe-se de uma série de elogios aos antepassados dos judeus, incluindo os profetas. Acompanha um prólogo escrito pelo neto do escritor. O livro foi redigido por volta de 180 a.C. por Jesus Bem Siraq.

3.3.2.5 – BARUC – Contém uma carta atribuída a Baruc, amanuense de Jeremias, escrita na Babilônia no período do cativo. Nela existe a ordem para que se ofereçam sacrifícios pela saúde de Nabucodonosor e seu filho. Alguns acreditam que Nabucodonosor e Beltsazar seriam nomes fictícios para Vespasiano e Tito. Por isso a data de escritura do livro é posta por alguns no II séc. a.C e, por outros, após 70 d.C. o livro contém ainda palavras de consolo aos habitantes de Jerusalém destruída em 586 a.C.

3.3.2.6 – I MACABEUS – O livro registra a ascensão de Antíoco Epifanio IV (175 – 164 a.C.) e relata as medidas por ele tomadas para reprimir a religião judaica, bem como da resistência desenvolvida pelo sacerdote Matatias contra essa agressão. Foi escrito por volta do ano 100 a.C. em hebraico.

3.3.2.7 – II MACABEUS – O livro contém relatos sobre os efeitos da perseguição de Antíoco Epifanio IV sobre os judeus bem como a sua morte, com um conteúdo caracteristicamente farisaico, falando de temas não comuns ao Antigo Testamento, como por exemplo, a ressurreição dos mortos. O livro estimula ofertas e orações pelos mortos para que sejam livres de seus pecados (II Mc.12:41-46).

3.3.2.8 – ACRÉSCIMOS A ÉSTER – Tratam-se de textos inseridos por volta de 114 a.C., contendo outros detalhes sobre a vida de Mardoqueu e Éster.

3.3.2.9 – ACRÉSCIMOS A DANIEL – Contêm a Oração de Azarias, a história de Suzana e Bel e o Dragão.

### 3.3.3 – CANONICIDADE DOS APÓCRIFOS E CITAÇÕES NO NOVO TESTAMENTO.

Provavelmente alguns escritores apostólicos conheciam os livros apócrifos, e chegaram a fazer citações como se fossem escrituras. Em Hebreus 11:34-38 temos o autor usando o I e o II Macabeus (7:1-41), mas não citando. O texto de Hebreus também demonstra conhecer o conteúdo do livro "O martírio do profeta Isaías", o qual cita que o profeta teria morrido serrado numa prancha por ordem de Manassés. O texto de Judas 14-16 também é uma citação do livro de Henoc (pseudo-epígrafo). Abaixo estão relacionadas algumas referências ocasionais aos livros apócrifos, encontradas no Novo Testamento:

- a) Sabedoria 12:24 a 15:19 ⇔ Romanos 1:19-32
- b) Sabedoria 6:7-8 ⇔ Romanos 2:11
- c) Sabedoria 3:8 ⇔ I Coríntios 6:2

A partir de agora, deve-se examinar o uso que Jesus fez das escrituras de seu tempo, a partir de exame de alguns textos do Novo Testamento.

### 3.3.4 – JESUS E AS ESCRITURAS.

3.3.4.1 – Até aquilo que se conhece, Jesus não escreveu qualquer livro nem forneceu algum Cânon de escritos revestidos de autoridade.

3.3.4.2 – Considerava a Lei, os Profetas (Mt. 7:12; 22:40; Mc. 7:10; Lc. 10:26; 16:29; Jo. 7:14-19) e outros escritos (Lc. 24:44) como autorizados e revelados.

3.3.4.3 – Remetia os ouvintes à leitura das escrituras (Jo. 5:39-46).

3.3.4.4 – Citava preferencialmente textos dos livros protocanônicos, entretanto, não existe provas de que Jesus rejeitasse os deutero-canônicos.

3.3.4.5 – Viu o cumprimento das profecias do Antigo Testamento em torno de sua pessoa (Lc. 24:44; Lc. 4:14-21; Lc. 24:27).

3.4 – FORMAÇÃO DO NOVO TESTAMENTO – Quando se fala na formação do Cânon do Novo Testamento, deve-se tomar como partida o estudo desenvolvido sobre as etapas de formação dos livros bíblicos. Houve um tempo em que não tinha nada escrito sobre Jesus Cristo e houve um tempo em que começou a existir algo escrito sobre o movimento cristão. Duas questões devem ser colocadas agora: Por que, durante os primeiros trinta anos que seguiram a morte de Jesus, não houve uma narrativa ordenada sobre Jesus? Por que, então, resolveram escrever algo sobre Jesus? As respostas para essas perguntas serão desenvolvidas a partir do estudo do período de - transmissão oral, o qual seguir-se-á a partir do próximo item.

3.4.1 – PERÍODO DE TRANSMISSÃO ORAL – A ênfase primitiva dos apóstolos era pregar o evangelho e não registra-lo (At. 2:14-16; 6:4). A igreja primitiva, após os 30 primeiros anos após a morte e ressurreição de Jesus, mostrou relutância em escrever os ensinamentos do Senhor por várias razões:

3.4.1.1 – Os cristãos primitivos esperavam um retorno próximo de Cristo; por isso despendiam seu tempo na pregação do evangelho.

3.4.1.2 – Havia uma preferência natural ou circunstancial dos antigos pela palavra falada (II Jo. 12).

3.4.1.3 – Os discípulos de Jesus foram escolhidos dentre o grupo não literário da sociedade.

3.4.1.4 – Os apóstolos, que tinham sido testemunhas oculares de Jesus, estavam disponíveis, enquanto o evangelho não se espalhasse para além da Judéia.

3.4.2 – ORIGEM DOS ESCRITOS – Três foram os fatores que estimularam a necessidade de escrituras sobre Jesus:

3.4.2.1 – A morte dos apóstolos ameaçava destruir a fonte dos ensinamentos autênticos sobre Jesus, surgindo assim a necessidade de combate às heresias (em que pese o conceito unilateral do termo).

3.4.2.2 – A difusão do evangelho aos gentios que não tinham um conhecimento profundo do Antigo Testamento, exigiu um ensino permanente e autorizado (Lc. 1:1-4).

3.4.2.3 – A demora do retorno de Jesus e a morte dos primeiros cristãos que esperavam essa volta em vida trouxeram problemas para a fé primitiva, surgindo com isso a necessidade de uma orientação doutrinária (I Ts. 4:13 – 5:3).

3.4.3 – DESENVOLVIMENTO DO CÂNON DO NOVO TESTAMENTO – As escrituras da igreja cristã do final do primeiro século eram o Antigo Testamento. Por essa época ainda estavam sendo produzidos os evangelhos e as epístolas gerais. As epístolas paulinas, mais antigas que os quatro evangelhos, estavam sendo lidas e colecionadas pelas comunidades que tinham sido alcançadas pela mensagem, e a partir de então, tidas como úteis para a direção dos crentes, mas não eram colocadas no mesmo nível canônico do Antigo Testamento, na leitura durante o culto. Entretanto, com a prática do culto público, os escritos cristãos foram reconhecidos como escrituras. A jovem igreja cristã começava a perceber nos novos escritos inspiração divina, considerando que se Deus havia falado no passado através do Antigo Testamento, poderia continuar falando agora através dos novos escritos, os quais circulavam em torno do evento do evangelho de Jesus Cristo. A crescente autoridade dos livros da literatura cristã recebe agora grande influxo através do prestígio que lhe dão as citações dos autores da igreja (pais apostólicos), a começar de Clemente Romano, ainda do final do primeiro século (96 a.C.), quando o mesmo faz citações de Mateus e Lucas, bem como do apóstolo Paulo, recomendando a sua leitura. Um outro atestado é a obra de Taciano conhecida como "Diatessaron" (através dos quatro), que reunia os quatro evangelhos num só volume, por volta de 170 d.C. Desde a metade do Séc. II algumas listas de livros do Novo Testamento começaram a aparecer conforme itens seguintes.

3.4.4 – LISTA DE LIVROS DO NOVO TESTAMENTO DE ACORDO COM OS PAIS APOSTÓLICOS

3.4.4.1 – **Cânon de Marcião** (meados do Séc. II d.C.) – Cânon anti-judáico. Aceita Lucas com modificações, 9 epístolas de Paulo exceto I/II Timóteo, Tito e Filemon, não menciona Hebreus.

3.4.4.2 – **Irineu de Leão** (185 d.C.) – Cânon de 22 livros. Rejeitou a Epístola aos Hebreus por não ter sido escrita por Paulo. Reconhece que só podem existir quatro evangelhos (como existem os quatro cantos da terra). Incluiu o Pastor de Hermas.



3.4.4.3 – **Cânnon Muratoriano** (170-210 d.C.) – Publicado em 1740 pelo seu descobridor, o historiador italiano Muratori, constituía-se num fragmento que testemunhava a inclusão de diversos livros do Novo Testamento, dentre os quais, os quatro evangelhos, as epístolas paulinas e as epístolas pastorais, omitindo Hebreus, Tiago, I / II Pedro e II / III João. Aceita Sabedoria de Salomão e o Pastor de Hermas.

3.4.4.4 – **Orígenes de Alexandria** (250 d.C.) – Classifica os livros em: a) Reconhecidos: 4 evangelhos, 14 epístolas paulinas (inclui Hebreus), Atos dos Apóstolos, I Pedro, I João e o Apocalipse de João; b) Discutidos: Tiago, Judas e II Pedro, II / III João, Epístola de Barnabé, o Pastor de Hermas.

3.4.4.5 – **Atanásio de Antioquia** (315 d.C.) – Cânnon de 27 livros (forma atual). Considera o Pastor de Hermas como útil, mas não canônico.

3.4.4.6 – **Eusébio** (326 d.C.) – Chamado de Pai da história eclesiástica. Classifica os livros em: a) Reconhecidos: 4 evangelhos, Atos dos Apóstolos, 14 epístolas de Paulo (inclui Hebreus), I Pedro, I João, Apocalipse de João (conforme alguns); b) Discutidos: Tiago, Judas, II Pedro, II / III João; c) Espúrios: Atos de Paulo, o Pastor de Hermas, Apocalipse de Pedro, Epístola de Barnabé, Evangelho Segundo os Hebreus, Didaquê, Apocalipse de João (conforme outros).

### 3.4.5 – OS CONCÍLIOS E A FIXAÇÃO DO CÂNON DO NOVO TESTAMENTO

3.4.5.1 – **Concílio de Nicéia** (325 d.C.) – Aceitou o Cânnon de Atanásio (27 livros).

3.4.5.2 – **Concílio de Laodicéia** (363 d.C.) – Confirmou 26 livros (exceto Apocalipse de João). Nesse concílio o termo “Cânnon” foi adotado como padrão de reconhecimento dos livros sagrados.

3.4.5.3 – **Concílio de Hipona** (África, 393 d.C.) – Aceitou os 27 livros atuais.

3.4.5.4 – **1º Concílio de Cartago** (397 d.C.) – Confirmou os 27 livros do Cânnon atual.

3.4.5.5 – **2º Concílio de Cartago** (419 d.C.) – Confirmou os 27 livros do Cânnon atual, afastando a possibilidade do livro de Hebreus ter sido escrito por Paulo. O principal teólogo desse concílio foi Agostinho.

3.4.5.6 – **Concílio de Trento** (Itália, abril de 1546) – Caracterizou-se por ser um movimento de Contra-Reforma. Confirmou os 27 livros do Cânnon atual (em virtude da crítica de Lutero à epístola de Tiago), oficializando os livros apócrifos na categoria de “deuterocanônicos”.

3.4.6 – OS LIVROS “DISPUTADOS” DO NOVO TESTAMENTO – No processo de canonização alguns livros tiveram sua autoridade colocada em dúvida. Abaixo, os principais livros e os seus principais motivos de questionamento.

3.4.6.1 – Hebreus – Questão de autoria apostólica.

3.4.6.2 – Tiago – Identidade do autor (quem era Tiago?).

3.4.6.3 – II Pedro – Divergências de estilo e vocabulário em relação a primeira carta trazendo com isso questões relacionadas com a autoria apostólica.

3.4.6.4 – II e III João – Breves, de natureza pessoal, não doutrinárias.

3.4.6.5 – Judas – Falta de identidade apostólica.

3.4.6.6 – Apocalipse de João – Diferenças de estilo e vocabulário em relação ao evangelho de João. Datação tardia trazendo dúvidas quanto a sua autoria apostólica.

3.4.7 – “APÓCRIFOS” DO NOVO TESTAMENTO – Esses livros foram lidos em algumas comunidades antigas, mas ficaram excluídos do Cânon com o passar do tempo.]

3.4.7.1 – I Clemente (96 d.C.) – Carta a Igreja de Corinto escrita talvez pelo Clemente de Filipenses 4:3; talvez um discípulo de Pedro.

3.4.7.2 – II Clemente (150 d.C.) – Não é reputada como autêntica em virtude de sua datação tardia.

3.4.7.3 – Epístola de Barnabé (entre 125-150 d.C.) – Autoria duvidosa. Compara o legalismo judaico aos padrões éticos do cristianismo.

3.4.7.4 – O Pastor de Hermas (entre 130-150 d.C.) – Assemelha-se a um apocalipse. Contém visões, exortações e algumas parábolas.

3.4.7.5 – Didachê (início do séc. II d.C.) – Obra anônima, lida em várias comunidades antigas como um manual de catequese. Contém duas partes: na primeira abrange o tema dos dois caminhos (Mt. 7), reproduzindo as palavras de Jesus; na segunda instrui sobre práticas eclesiais e ordenanças tais como o batismo e a ceia, bem como orientações sobre a hospitalidade para com os obreiros.

3.4.7.6 – Evangelho Segundo os Hebreus (100 d.C.) – Usa Mateus como fonte principal. Tem um forte tom judaico. Provavelmente um evangelho “local” de cristãos judeus da Síria.

3.4.7.7 – Evangelho de Tomé (100 d.C.) – Contém declarações de Jesus supostamente escritas por Tomé. Contém ainda material dos evangelhos canônicos e dos apócrifos.

3.4.7.8 – Evangelho de Pedro (160 d.C.) – Contém elementos docéticos tais como o grito de Jesus: “Meu poder, me abandonaste!”.

3.4.7.9 – Apocalipse de Pedro (150 d.C.) – Descreve visões do Senhor transfigurado. Contém detalhes chocantes do castigo dos ímpios no juízo.

### 3.4.8 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO NOVO TESTAMENTO

3.4.8.1 – Circulação Universal – Abrange livros reconhecidos em todas ou quase todas as igrejas antigas (aprovação geral como reconhecimento da inspiração do livro). De acordo com B.P. Bittencourt é provável que certos livros houvessem sido aceitos e circulados como autoridade antes mesmo que qualquer relação com um apóstolo, que é o próximo critério a ser trabalhado. Desse modo o escrito recebia o “imprimatur” da própria comunidade cristã e o usava através da leitura pública.

3.4.8.2 – Origem Apostólica – As palavras daqueles que conviveram com Jesus e foram testemunhas de sua ressurreição possuíam autoridade sobre a igreja (I Jo. 1:1; Lc. 1:1-2); por isso, um livro para ser reconhecido como inspirado e autorizado deveria ter sido escrito por um apóstolo ou por alguém ligado a ele do círculo apostólico. Por exemplo, Marcos era ligado a Pedro, Paulo ligado aos apóstolos, e Lucas ligado a Paulo.

3.4.8.3 – Consistência Doutrinária (Ortodoxia) – Este era um padrão de aferimento dos livros. Um exemplo clássico é o do bispo Serapião (citado por Eusébio), que sancionou o uso do chamado “Evangelho de Pedro”, na Cilícia, sem contudo, ter lido este escrito que apesar de ter sido atribuído a Pedro, continha elementos docéticos que levaram alguns a se distanciarem da igreja de Rossos (Cilícia). Percebe-se nos primeiros escritos canônicos do Novo Testamento o repúdio a falsa doutrina e a luta pela preservação da ortodoxia (Rm. 6:17; I Tm. 6:20; II Tm. 13). É importante

lembrar que no momento em que os livros estavam sendo reconhecidos pela igreja algumas correntes contrárias ao ensino ortodoxo estavam influenciando muitos cristãos, como por exemplo, o Docetismo e o Ebionismo, além de outras.

3.4.9 – CONCLUSÕES – Conforme o que tem sido conhecido e discutido até o momento, a decisão final sobre o Cânon não é produto do arbítrio de uma ou mais pessoas, ou ainda de um grupo local. A distinção entre livros canônicos e não canônicos foi produto de uma consciência em desenvolvimento. Segundo Merrill C. Tenney, a igreja não determinou o Cânon, reconheceu o Cânon. No sentido mais amplo, nenhum concílio eclesiástico poderia criar um cânon, se a inspiração é a qualidade essencial da canonicidade, porque nenhum grupo ou concílio poderia insuflar inspiração em obras já existentes. Tudo quanto os concílios poderiam fazer era dar a sua opinião acerca dos livros canônicos ou não canônicos, deixando que a história justificasse ou invalidasse o seu veredicto. Podemos então tirar algumas conclusões desse estudo:

- a) Deus inspirou o conjunto dos livros bíblicos.
- b) Deus preservou esses livros no decorrer da história.
- c) Deus, por meio desses livros, cria, edifica e preserva a sua igreja.
- d) Deus, por meio desses livros e pelo poder do Espírito Santo, leva as pessoas a ter um encontro com Jesus Cristo, o filho de Deus, a Palavra encarnada.

## IV – A BÍBLIA – PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO

### 4.1 – CONCEITOS E LEIS FUNDAMENTAIS DA HERMENÊUTICA BÍBLICA

A Hermenêutica é uma disciplina independente que, como ciência ensina os princípios, leis e métodos de interpretação. O termo vem da língua grega através da palavra "Hermeneutike", que significa "interpretação". Aplica-se aos estudos bíblicos pois a Bíblia foi escrita numa época bem diferente da hodierna com termos que carecem de sentido quando interpretados fora do seu contexto. Desde os tempos do movimento rabínico já havia entre os judeus formas de interpretação do texto, como por exemplo a interpretação alegórica para o livro de Cantares. No judaísmo rabínico, o excesso de interpretações tendenciosas levou a uma supervalorização da tradição oral dos fariseus, suplantando assim a própria Torah. Também, desde os primeiros tempos da Igreja Cristã já havia uma preocupação com a interpretação de textos canônicos, principalmente os do apóstolo Paulo (II Pd. 3:15-16). No período da Patrística as discussões em torno dos textos bíblicos fervilharam e os concílios eram verdadeiros palcos de debates. Do conhecimento dessa história pode advir a crítica do fundamentalismo de que se a Bíblia é inspirada, por quê sofrer processo de interpretação? Entretanto, com a justificativa da Inspiração muito tem emprestado suas credences e pré-concepções, distorcendo o texto e fazendo com que muitos venham a cair no erro. Para que o processo de leitura e estudo da Bíblia corra com simplicidade e moderação, alguns princípios são propostos conforme a seguir:

4.1.1 – Enquanto for possível, é necessário tomar as palavras em seu sentido usual e ordinário – Na Bíblia, o que é simbólico deve ser tomado como simbólico e o que é literal deve ser tomado como tal. Por exemplo, houve quem pensasse que as ovelhas e bois mencionados no Salmo 8 eram os crentes e as aves e os peixes eram os incrédulos. Outro exemplo é o de Gn. 6:12, onde o termo "carne" significa "pessoa" e o termo "caminho" significa "modo proceder".

4.1.2 – É absolutamente necessário tomar as palavras no sentido que indica o conjunto da frase ou versículo. Por exemplo, o termo "Fé", geralmente entendido como "confiança", tem em Gl. 1:23 o sentido de "crença, doutrina"; em Rm. 14:23, significa "convicção". Outro termo interessante é "carne" que em Rm. 3:20 significa "pessoa"; em Ez. 36:26, "disposição terna para obedecer"; em Ef. 2:3, "desejos licenciosos"; em I Tm. 3:16, "forma humana";

4.1.3 – É necessário tomar as palavras no sentido que indica o contexto, isto é, os versos que precedem e seguem ao texto que se estuda, levando-se ainda em consideração alguns fatores que envolveram a produção do texto tais como fatores históricos, sociais, políticos, religiosos e geográficos. Por exemplo, em Gl. 4:3,9,11, o termo "rudimentos do mundo" pode parecer com algum tipo de prática ligada ao paganismo e a carnalidade oriunda do "velho homem", mas lendo todo o contexto perceber-se-á que Paulo refere-se às práticas judaicas que eram colocadas pelos judaizantes como obriatórias e integrantes na vida do verdadeiro cristão.

4.1.4 – É preciso tomar em consideração o desígnio ou objetivo do livro ou passagem onde ocorrem as expressões obscuras. Por exemplo, é evidente que as cartas aos Gálatas e aos Colossenses foram escritas por ocasião de erros que os judaizantes ou "falsos mestres" cometiam do ponto de vista doutrinário. Por conseguinte, tais cartas tem por desígnio expor com toda a clareza a salvação pela morte expiatória de Jesus Cristo, contrariamente aos ensinamentos judaizantes, que pregavam as obras, a observância de dias e cerimônias judaicas e a falsa filosofia.

4.1.5 – Com bastante cuidado é importante consultar passagens paralelas. O conjunto de passagens que combinam entre si podem levar o estudante ao conhecimento de uma doutrina ou de evidências sobre a vida de um personagem bíblico. Um exemplo de consulta de passagens paralelas está em II Co. 4:10; II Co. 1:23-25; e Gl. 6:17, onde Paulo fala dos seus sofrimentos por causa do Evangelho.

## 4.2 – GÊNEROS LITERÁRIOS

Quando se fala em “gênero” do ponto de vista escriturístico, pensa-se em estilo literário. Na medida em que se conhece a gama desses estilos e tipos de literatura, também agiganta-se no conhecimento da Palavra de Deus ou, em outras palavras, interpreta-se melhor a Bíblia. Dessa forma, o estudante compreende que a Bíblia foi escrita num ambiente com formas próprias de literatura, estilos de linguagem, tornando-se necessário um “mergulho” nessas formas antigas de transmissão da palavra. A seguir, alguns dos gêneros mais evidentes na Bíblia.

4.2.1 – Jurídico – Associando a uma boa parte dos cinco primeiros livros da Bíblia. Esses textos compreendem dois tipos de leis: apotílicas e casuísticas. Nas leis apotílicas, os mandamentos são iniciados com uma cláusula proibitiva – a palavra “não” – como acontece nos dez mandamentos (Ex. 20:3-17). Nas sentenças casuísticas as leis são apresentadas por uma condição que origina determinada situação. São leis dadas para situações específicas (Lv. 20:9-18,20,21; Dt. 15:7-17).

4.2.2 – Narrativo – Nesse gênero, tem-se uma espécie de história, cuja idéia não é a mesma da maneira de se fazer história pelo historiador moderno, o qual trabalha a partir de uma visão científica. Na narrativa bíblica a história é contada com o intuito de transmitir uma mensagem, uma teologia. Por exemplo, um leitor desavisado crerá que I e II Crônicas são uma cópia do texto de II Samuel, principalmente no que diz respeito a vida de Davi. Ora, lendo os capítulos 11 a 21 de II Samuel tem-se um claro sentido de que ao relatar as falhas de Davi, o autor queria ilustrar o fato de que o pecado produz conseqüências devastadoras, combinando com a mensagem dos livros de Juízes e dos Reis, os quais foram produzidos num ambiente de culpa dos exilados na Babilônia, que via na infidelidade do povo a causa principal da catástrofe de 586 a.C. Entretanto, I e II Crônicas omitem os pecados de Davi, dando ênfase ao seu fulgor real, aos sacerdotes e ao templo. Essas obras se encaixam perfeitamente numa época de restauração física e espiritual dos judeus, no retorno do cativeiro babilônico, quando o povo se queixava da perda de seus símbolos nacionais, conforme está implícito em Ag. 2:3. I e II Crônicas encorajam o povo a manter-se na fidelidade ao Senhor, na promessa de que a linhagem de Davi e o templo seriam preservados.

Existem diversos tipos de narrativas. Dentre as quais, destacam-se as seguintes: Epopéia, Épico, Tragédia e Romance. Numa Epopéia aparece a narrativa sobre os feitos e a vida de um herói nacional ou protagonista, uma pessoa que por vezes torna-se padrão para os outros, como por exemplo, Abraão, Gideão e Davi. No gênero Épico aparecem as narrativas contendo uma série de episódios centralizados numa pessoa ou num grupo de pessoas com façanhas militares e eventos de milagres. Um bom exemplo disso é o período de peregrinação dos israelitas no deserto e a conquista de Canaã. Já a Tragédia é a história da decadência de um indivíduo, do apogeu ao desastre (Sansão, Saul e Salomão). O Romance é uma narrativa que aborda a relação amorosa entre um homem e uma mulher. Os livros de Rute e de Cânticos apresentam esse tipo de narrativa. Fato importante aqui é que a interpretação moralista desde os tempos do rabinismo tem alegorizado essas narrativas, dando-lhes sentido teológico. É obvio que em alguns textos, como o de Rute, havia um interesse na defesa da linhagem davídica, mas isso não pode ser uma regra para todas as narrativas românticas, as quais se aproximam de um outro gênero, a Poesia.

4.2.3 – Poesia – Não se pode limitar a poesia hebraica apenas aos livros de Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes e Cânticos. Há poesia no Pentateuco e também nos livros proféticos. Na poesia ocidental existe a força da métrica e da rima; na poesia oriental repetição e ritmo se unem para tornar uma passagem duplamente memorável. A essa característica dá-se o nome de Paralelismo, muito comum no livro dos Provérbios.

4.2.4 – Literatura Apocalíptica – Carregada de simbolismos, imagens, visões e revelações, essa literatura apareceu com mais freqüência em momentos de grande perseguição contra os judeus ou cristãos. Nela, percebe-se um estado de tensão entre os justos e os ímpios, com resultados de recompensa para esses dois grupos. No Antigo Testamento aparece o livro de Daniel e no Novo Testamento, o Apocalipse de João. Entretanto, no período interbíblico, houve uma proliferação desse tipo de literatura, aparecendo livros tais como o de Henoc e outros considerados como

pseudepígrafos. A literatura apocalíptica, muito mais que previsões, contém verdadeiros tratados de fé com objetivo de confortar os fiéis perseguidos e exortá-los a viver na fé.

4.2.5 – Literatura Sapiencial – Alguns podem confundir Poesia com Sabedoria. Toda literatura sapiencial tem caráter poético, mas nem todo texto poético pertence a literatura sapiencial. Pode-se encontrar um tipo de sabedoria dos simples, a sabedoria cotidiana (Provérbios); uma sabedoria que reflete uma crise da idéia de Deus (Jó); uma sabedoria que reflete a crise na própria sabedoria (Eclesiastes). Muito mais do que os profetas, os sábios incomodaram as estruturas religiosas do seu tempo e até hoje incomodam àqueles que realizam uma leitura moralista do Antigo Testamento.

4.2.6 – Evangelhos – Essas narrativas não podem ser consideradas simplesmente como uma biografia da vida de Jesus e, por isso, históricas, sob o ponto de vista estrito da palavra “história”. Isso ficou evidente na conclusão do Evangelho de João (21:25). Eles contém algum material biográfico sobre Cristo, mas apresentam muito mais o que Jesus significou para a comunidade que guardou as suas palavras e o conteúdo de doutrina que dele ficou (Lc. 1:1-4). Representam, na verdade, a pregação sobre Jesus Cristo encarnada na atividade da igreja primitiva, com ações de louvor.

4.2.6 – Gênero Epistolar – Esse tipo de literatura era muito comum no império romano e tornou-se depois útil dentro dos objetivos canônicos. Uma Epístola não é simplesmente uma carta, que é mais curta em seu conteúdo e de natureza pessoal. Numa Epístola, existe uma variante de temas, abordados em forma sistemática, na forma de uma circular dirigida a várias comunidades, como por exemplo, a Epístola aos Gálatas, dirigida não apenas a uma comunidade, mas às igrejas da Galácia. Entretanto, o uso de algumas cartas menores dirigidas a indivíduos por igrejas e a eles ligadas (por exemplo, a carta de Paulo a Filemon, lida e conservada pela igreja em Colossos), fez desaparecer essa distinção entre carta e epístola, principalmente em virtude da autoridade que o apóstolo Paulo exerceu sobre essas comunidades.

### 4.3 – FIGURAS DE LINGUAGEM

As regras gramaticais determinam a função habitual das palavras. Em alguns casos, porém, o escritor ou orador põe essas regras de lado intencionalmente, com um objetivo nitidamente retórico. A língua hebraica, entretanto, não trata da mesma forma que as línguas ocidentais a distância entre a regra e a exceção. Devido a peculiaridade da Antropologia dos hebreus antigos, a linguagem é rica naturalmente em recursos que os ocidentais chamam de “retóricos”. A Bíblia, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento contém centenas dessas figuras. O exegeta E.W. Bullinger chegou a agrupar as figuras de linguagem da Bíblia em mais de 200 categorias e forneceu 8.000 exemplos bíblicos. Contudo, o estudo feito num trabalho de apostila tem o objetivo de trabalhar as mais comuns em todo o texto bíblico. A seguir, estão relacionadas as figuras mais evidentes da Bíblia.

4.3.1 – Metáfora – Figura de linguagem em que um objeto é assemelhado a outro, afirmando ser o outro ou falando de si como se fosse o outro. Exemplos: Lc. 13:32; Jo. 10:9; Jo. 15:1; Jo. 6:51; Sl. 18:2. Quando várias metáforas se unem numa seqüência narrativa com a Alegoria, como por exemplo, em Jo. 6:51-65 e em Sl. 80:7-16. Dois tipos de metáforas são Antropomorfismo e Antropopatismo. No Antropomorfismo, atribuem-se a Deus membros corporais e atividades físicas (Sl. 33:18; Sl. 34:16; Tg. 5:4). No Antropopatismo atribuem-se a Deus emoções, sentimentos e desejos humanos (Gn. 6:6; Dt. 13:17; Ef. 4:30).

4.3.2 – Metonímia – Emprega-se esta figura quando a causa se toma pelo efeito ou símbolo pela realidade que ele indica. Baseia-se numa relação mental. Por exemplo, em Lc. 16:29 o termo “Moisés e os Profetas” significa o conjunto de textos do Antigo Testamento; em At. 7:8 a circuncisão é chamada de concerto porque é um sinal do concerto; em I Jo. 1:7 a palavra “sangue” indica toda a paixão e morte expiatória de Jesus.

4.3.3 – Sinédoque – Assemelha-se a Metonímia, mas a relação em que se encontra é mais física que mental. Por exemplo, em I Co. 10:21, Paulo se refere não ao “cálice” em si mesmo, mas ao conteúdo do cálice; em Lc. 2:1 “todo mundo” se refere apenas a parte do mundo que César Augusto governava, ou seja o Império Romano; outros exemplos Jz. 12:7; Sl. 16:9.

4.3.4 – Prosopopéia – Usa-se esta figura quando se personificam as coisas inanimadas, atribuindo-lhes ações de pessoas. Exemplos em Sl. 85:10-11; I Co. 15:55; I Pd. 2:8; Tg. 5:4.

4.3.5 – Ironia – Faz-se uso da Ironia quando se expressa o contrário do que se quer dizer, mas sempre de tal modo que se faz ressaltar o sentido verdadeiro. Por exemplo, II Sm. 6:20; I Rs. 18:27; Jó. 12:2; Am. 4:4,5; II Co.11:5;

4.3.6 – Hipérbole – Apresenta uma coisa grandemente aumentada, ou grandemente diminuída do seu tamanho real para apresentá-la viva a imaginação. Exemplos em Dt. 1:28; Sl. 6:6; Sl. 119:136; I Sm. 18:7; Mt.19:24; 23:24; Lc. 6:42; Jo. 21:25;

4.3.7 – Paradoxo – É uma afirmação aparentemente absurda ou contrária ao bom senso. Caracteriza-se pela união de duas idéias opostas numa mesma sentença, propositadamente. Por isso não é o mesmo que contradição. Um bom exemplo está em Mc. 8:35.

4.3.8 – Paronomásia – Consiste no emprego das mesmas palavras ou de palavras de sons semelhantes para produzir sentidos diferentes. Às vezes é chamada de “jogo de palavras” ou “trocadilho”. Exemplos em Mt. 8:22; II Sm. 7:5,11; É muito bonita quando aparece na língua original. Por exemplo, Isaías utilizou palavras de sons parecidos para produzir um impacto verbal nos ouvintes ou leitores de Is. 5:7. Nesse texto, o Senhor buscava “juízo” ( מִשְׁפָּט - Mishpat), mas viu “opressão” ( מִשְׁפָּח - Mispach), e em vez de “justiça” ( תְּשׁוּבָה - Ts`daqah), havia “clamor” ( תְּשׁוּבָה - Ts`aqah). Esses pares de palavras são marcantes não apenas porque tem sons semelhantes, mas porque apresentam sentidos opostos.

4.3.9 – Hebraísmos – São certas expressões e frases típicas do idioma hebreu que ocorrem em nossas traduções da Bíblia. Por exemplo, a expressão “filho de...”, um forte adjetivo (Lc. 10:6; Ef. 5:6); o nome dos dois pais para designar os descendentes (Gn. 49:7; Sl. 14:7; I Rs. 18:17-18).

Não somente se empregam palavras figuradas nas escrituras mas também textos ou passagens inteiras, conforme abaixo.

4.3.10 – Alegoria – Figura que geralmente consta de várias metáforas unidas. Exemplos Sl. 80:7-16 (volta de Israel do Egito); Jo. 6:51-65 (O pão vivo que desceu dos céus).

4.3.11 – Tipo – Espécie de metáfora que não consiste meramente de palavras, mas em atos, pessoas ou objetos que designam semelhante ato, pessoas ou objetos no porvir, apontando, portando, para uma realidade futura. Exemplos Jo. 3:14; Nm. 21:9; Mt. 12:40; I Co. 5:7; Hb. 9:28.

4.3.12 – Parábola – Espécie de alegoria apresentada sob a forma de narração relatando fatos naturais ou acontecimentos possíveis, sempre com o objetivo de esclarecer ou ilustrar verdades importantes. Deve-se atentar para a totalidade da parábola e nas suas partes principais, sem usar os detalhes para fundamentar doutrinas. É a forma preferida de Jesus para ensinar. Exemplos Lc. 11:58; Lc. 18:1-7.

## V – BÍBLIA – AUTORIA E INSPIRAÇÃO

O estudo crítico e técnico das sagradas escrituras remete o estudante a uma questão fundamental em virtude de ter trabalhado o texto bíblico tal qual médico legista, “dissecando” a Bíblia, abrindo um leque de novos conhecimentos sobre os processos que acompanharam a formação desse livro. Essa questão fundamental é: Quem é o autor das sagradas escrituras: Deus ou o ser humano? Dessa questão advém uma outra, relacionada com a inspiração das escrituras sagradas. Estes dois temas serão tratados nos itens a seguir.

### 5.1 – AUTORIA DAS ESCRITURAS – OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

5.1.1 – Falando objetivamente, diz-se que o autor da Bíblia enquanto texto, livro, escritura é o homem. Na verdade falar de “autor humano” é referir-se não apenas a um autor mas a vários autores. Há de se considerar que um só livro pode ter sido produto de uma ou mais mãos. Ainda há de se levar em conta o trabalho redacional, a participação de um compilador, responsável por glosas textuais e por uma forma final de texto, reunindo tradições orais ou escritas.

5.1.2 – O autor humano imprimia à sua obra o seu próprio caráter espiritual, estilístico e lingüístico, provas marcantes de sua historicidade. Por exemplo, há diferenças plausíveis entre o estilo do Deuteronômio e o de Levítico, entre a língua de João e a dos outros evangelhos, entre o estilo de Paulo e o de Pedro.

5.1.3 – O autor humano está limitado aos conhecimentos científicos e à moralidade de sua época (cultura), não pretendendo escrever um tratado científico que corresponda a uma verdade de cunho definitivo. O fato é o texto bíblico reflete uma moral em desenvolvimento (Ex. Poligamia, guerra santa, etc.), uma visão cosmológica primitiva (Ex.: O cosmos do Gênesis 1:3), um conhecimento científico limitado (Ex.: Js. 10:12-15 – a polêmica entre Galileu Galilei e a igreja do Séc. XVII). Por isso, a verdade bíblica é de ordem religiosa. A Bíblia será melhor compreendida enquanto livros que refletem a fé de um povo em seu Deus, cujo aprendizado deu-se na experiência do encontro com a história. Isso não quer dizer que ela é o livro do alquimista ou do mago, tampouco é um livro de ciências naturais ou de “história do descobrimento de Israel”.

5.1.4 – Nem sempre o autor humano imaginava que estava escrevendo sobre uma moção do Espírito Santo (II Tm. 4:13), principalmente no caso de textos do Novo Testamento, visto que o chamado Antigo Testamento era a escrita da igreja cristã. Porém há casos contrários (Jr. 30:2); não existe uma regra definida, nem de um lado nem de outro.

5.1.5 – Apesar de tão forte marca da presença humana no processo de “feitura” da Bíblia, nota-se também uma presença miraculosa nortando essa história. A Bíblia não é obra do acaso, e também, não surgiu porque diversos homens em diversas épocas decidiram escreve-la, obedecendo a um planejamento bem organizado previamente por eles. Numa visão macro, percebe-se no conjunto da Bíblia, apesar de nem sempre existir uma unidade teológica em todo o contexto, uma unidade de sentido, uma unidade de verdade: Deus é o Senhor da história e quer salvar o homem. Mais de que uma busca de Deus pelo homem, o quadro que temos de Gênesis ao Apocalipse é o de um Deus que busca o homem para atraí-lo para si com cordas de amor e de misericórdia. Nesse sentido, pode-se dizer que Deus é o verdadeiro autor das escrituras, pois a Bíblia nasceu no coração de Deus, sendo objeto da vontade de Deus. Essa reflexão levará o estudante da Bíblia a pergunta em torno da inspiração da Bíblia. Antes, transcreveremos o pensamento de três teólogos de época diferentes sobre a coordenação entre o autor humano e o autor divino, para discussão em classe:

- Agostinho (400 d.C.) – O Espírito Santo, que impelia os evangelistas a escreverem, conduzindo-os durante o trabalho redacional, deixava-lhes a liberdade de dispor o material desta ou daquela maneira. Entretanto, a memória do homem não vem a ser violentada pelo Espírito Santo.



- B.B. Warfield – A inspiração é um a influência sobrenatural exercida sobre os escritores sagrados pelo Espírito Santo. Por causa da influência divina os escritos são autorizados e merecem confiança. A autoridade depende de inspiração.
- a.C. Fairbairn (Christ in Modern Theology) – Se Deus fala ao homem é por meio de homens, e os que melhor ouvem são os que mais penetrados estão do Espírito de Deus. Chama-se isso de inspiração. Deus inspira, o homem revela. A inspiração é o processo pelo qual Deus dá e a revelação é o modo ou a forma (palavra, tipo, instituição) pela qual o homem corporifica o que recebeu. A Bíblia é uma revelação porque ela contém a história do redentor e de nossa redenção (Jo. 5:39).

## 5.2 – INSPIRAÇÃO DAS ESCRITURAS

De acordo com Georges Auzou, a história veio dar testemunho do que afirma a fé: em sua realidade total, em sua verdade profunda, a escritura sagrada permanece à ordem do mistério. Ela excede o conhecimento humano, ultrapassa os horizontes ao alcance do olhar humano, porque é de Deus e palavra de Deus. O mistério da Bíblia é, em primeiro lugar a sua origem. Nesse pensamento o que é de Deus, só Deus conhece; e só podem conhecê-lo também aqueles a quem Deus o revela.

5.2.1 – Relação entre Inspiração e Revelação – Georges Auzou prossegue em seu raciocínio e afirma que a revelação quando se descobre o que era humanamente ignorado ou escondido, quando Deus permite conhecer uma realidade não naturalmente conhecida. Isso não significa que seja naturalmente incognoscível pois Deus pode desvendar verdades que o espírito humano é, em principio, capaz de conhecer, mas que de fato, aquele a quem Deus as revela não as conhece pelo simples exercício natural do espírito. Há inspiração quando alguma coisa é escrita sob a moção e a direção de Deus de modo que haja “a palavra de Deus”, mesmo que esse escrito não contenha nenhuma “revelação”. Assim, para que haja inspiração escriturística e, portanto, “Escritura Sagrada”, não é necessário que haja revelação, assim como uma revelação divina não é necessariamente consignada de forma escrita. A Bíblia toda é divinamente inspirada, mas nem tudo é divinamente revelado na Bíblia. A inspiração escriturística é uma ação de Deus que faz com que o escritor, por ele escolhido para isso escreva um texto que é a palavra de Deus. Não somente esse texto pode não conter nada que seja devido a uma comunicação sobrenatural, mas acontece, na maioria das vezes (conforme visto no item 5.1.4 – autoria), que o escritor bíblico nem mesmo sabe que Deus se serve dele e que está escrevendo uma “palavra de Deus”. Escreve aquilo que quer de acordo com suas intenções e seus conhecimentos. A documentação que utiliza ou simplesmente reproduz pode ser comum, estrangeira ou profana; pode não conhecer mais nada além do que já é conhecido ou cognoscível por outro meio qualquer. Essa maneira de trabalhar o tema põe por terra a teoria da chamada “inspiração mecânica”, adotada pelos reformadores suíços no desejo de colocar a Bíblia sobre a autoridade da Igreja Romana. Nessa teoria, tudo que está escrito surgiu através da possessão instrumental e do ditado divino. Algumas atenuantes foram propostas tais como a teoria da sugestão divina, na qual o “sopro” divino coloca as idéias gerais do que se quer dizer no pensamento humano, o qual reproduz essas idéias em forma de texto.

### 5.2.2 – TEXTOS CLÁSSICOS SOBRE INSPIRAÇÃO – II Pd. 1:16-21 e II Tm. 3:14-17

5.2.2.1 - II Pd. 1:16-21 – Nesse texto não se faz distinção entre profecia escrita a profecia oral no que se refere ao seu caráter divino. Passa-se automaticamente da “profecia da escritura”, isto é “profecia escrita” do v.20, à “profecia-palavra dos profetas”, isto é, profecia oral do v.21: ambas são colocadas no mesmo plano e participam do Espírito de Deus. Ademais, era apenas a palavra profética escrita a que os cristãos possuíam e que podia oferecer-lhes uma sólida confirmação (v.19) ao anúncio apostólico da gloriosa vinda do Senhor Jesus (v.16), já entrevista e experimentada no instante fugaz da transfiguração no monte (vv. 17-18). Depois daquele instante de luz, e antes que surja o sol do esplendor escatológico, a palavra dos profetas constitui para eles

a luz que brilha em lugar escuro e os guia no caminho da existência humana (v.19). Ora, de toda profecia tanto oral como escrita se diz que não provém exclusivamente da iniciativa humana do profeta (v.21 a). Os profetas "falam da parte de Deus, porque movidos pelo Espírito Santo" (v.21 a), isto é, não seguem o impulso de sua interpretação, mas do Espírito Santo. Conseqüentemente, a sua profecia, no seu aspecto exterior, é uma palavra humana, mas na sua natureza íntima é Palavra de Deus.

5.2.2.2 - II Tm. 3:14-17 – "Toda a Escritura é inspirada por Deus ..." – O termo grego aqui é THEOPNEUSTOS, ou seja "respiração de Deus". O sentido do termo é passivo (inspirada por Deus) e não ativo (que inspira Deus). Desse texto resulta que a Escritura é concebida como uma realidade viva e eficaz para a salvação, precisamente porque saída do Espírito de Deus. O fato de que a Palavra de Deus se faz livro é atribuído à ação do PNEUMA divino, exatamente como a encarnação da Palavra de Deus na pessoa de Jesus Cristo é obra do mesmo Espírito Santo (Lc. 1:35). Entretanto, ainda há um problema aqui: De que Escritura se fala? Direta e expressamente, Paulo fala ao Antigo Testamento, porque ele se refere às "Sagradas Escrituras" que Timóteo conheceu de sua mãe (v.15) que era judia crente (At. 16:1). Indiretamente, e por extensão, a formula "toda a Escritura" ou "cada Escritura" do v.16 poderia indicar qualquer livro que vai sob o nome de "Escritura", particularmente aqueles escritos que, no tempo em que foi redigida esta carta eram reconhecidos como "inspirados" e por isso fazendo parte da Escritura. Não é apenas uma hipótese visto que em I Tm. 5:17-18 parece que se cita como "Escritura", ao lado de um texto do Deuteronômio (Dt. 25:4), uma palavra de Jesus que hoje figura no Evangelho de Lucas (Lc. 10:7). Outro texto interessante é o de II Pd. 3:15-16.

Concluindo, o texto de Paulo a Timóteo revela que inspiração da Bíblia não significa idolatria da Bíblia ou a Bíblia como uma peça de adorno e de veneração. A Bíblia é inspirada para reger a vida da comunidade dos fiéis, ser lida e interpretada dentro das necessidades das pessoas enquanto povo de Deus. Cabe a comunidade permitir que Deus fale pela sua Palavra ainda hoje, senão a Bíblia não passará de um mero enfeite de sala de estar.

### 5.3 - O VALOR DA BÍBLIA NA VIDA DO CRISTÃO

#### 5.3.1 - QUAL O TESTEMUNHO QUE A BÍBLIA FORNECE DE SI MESMA (SUA NATUREZA, ESSENCIA) – O QUE A BÍBLIA É?

5.3.1.1 – II Timóteo 3:16 a → "divinamente inspirada"

5.3.1.2 – II Pedro 1:20-21 → "nenhuma profecia da escritura é de particular interpretação".

"a profecia nunca foi produzida por vontade dos homens"; "os **homens da parte de Deus** falaram **movidos pelo Espírito Santo**" (paralelo II Sam.23:2) → Palavra humana e Palavra divina. Os Salmos são palavras humanas para Deus e ao mesmo tempo são a Palavra de Deus aos homens.

5.3.1.3 - Efésios 6:17 → "espada do espírito" (paralelo a Isaías 49:2).

5.3.1.4- Isaías 40:6-8 → "a palavra de Deus subsiste eternamente" (paralelo a I Pedro 1:23-25).

5.3.1.5 -Jeremias 23:29 → "como fogo e como martelo que esmiuça a pedra".

5.3.1.6 –João 17:17 → "verdade" (paralelo a Salmos 119:142,151).

#### 5.3.2 - QUAIS AS FUNÇÕES DA BÍBLIA (O QUE A BÍBLIA FAZ)?

5.3.2.1– II Timóteo 3:16 → "...ensinar..." – Palavra de revelação (Os textos bíblicos, ao relatarem fatos, ao proclamarem uma mensagem, ao cantarem louvores, constituem revelação da parte de Deus)

5.3.2.2 – II Timóteo 3:16 → "...exortar..."

5.3.2.3 – II Timóteo 3:16 → "... corrigir..." – Palavra de poder (Se serve para corrigir é porque tem poder para isso. Os textos bíblicos foram escritos para causar alguma transformação. Como palavra de Poder a Bíblia tem seu modelo em Gênesis 1 (conforme Isaías 55:7-13). A Escritura

tem esse poder porque ela nos traz o Verbo, a Palavra encarnada, o próprio Cristo pelo poder do Espírito Santo.

5.3.2.4 – II Timóteo 3:16 → "... instruir em justiça".

5.3.2.5 – II Timóteo 3:17 → "aperfeiçoar o homem de Deus para a toda boa obra".

5.3.2.6 – Romanos 15:4 → "ter esperança".

5.3.2.7 – Salmos 119:105 → "lâmpada para os pés e luz para o caminho".

5.3.2.8 – Hebreus 4:12 → "desarmar "os pensamentos e intenções do coração" .

### 5.3.3 – QUAL A FINALIDADE DA BÍBLIA (PARA QUE A BÍBLIA FAZ?...)?

5.3.3.1 – Rm.15.4 e I Co.10.11 → O papel do AT

5.3.3.2 – II Timóteo 3:15 → "Tornar-te sábio para a Salvação..." (Conforme Jo.20:30-31). O verdadeiro cristão, em profundo respeito, submete-se ao ensino da Bíblia, confessando que nela Deus revela e oferece salvação e, por isso, a aceita como a autoridade final sobre sua fé e vida.

### 5.3.4 - O QUE ACONTECE NA VIDA DA PESSOA QUE DESPREZA AS ESCRITURAS?

5.3.4.1 – Mateus 22:29 → "Errais..."

5.3.4.2 – Salmos 119:11 → "... para eu não pecar contra ti".

5.3.4.3 – Mateus 7:26-27 → "edifica a sua casa sobre a areia" (paralelo a Lucas 6:49).

### 5.3.5 - QUE CUIDADOS A BÍBLIA REQUER DO CRISTÃO EM RELAÇÃO A SI MESMA?

5.3.5.1 – Salmos 1:2 → "medita de dia e de noite".

5.3.5.2 – I Timóteo 4:6,7,16 → "Seguir a boa doutrina, o bom ensino".

5.3.5.3 – II Timóteo 4:2-4 → "Pregar a palavra...admoestar, repreender, exortar com longanimidade e ensino".

### 5.3.6 - COMO A IGREJA APOSTÓLICA USAVA AS ESCRITURAS ?

5.3.6.1 – Atos 8:30-31 → "ensinando", levando a pessoa a entender.

5.3.6.2 – Atos 17:2 → "discutindo".

5.3.6.3 – Atos 17:3 → "expondo e demonstrando".

5.3.6.4 – Atos 17:11 → "examinando... para ver se as coisas eram assim".

### 5.3.7 - QUAL O DESAFIO QUE A BÍBLIA FAZ PARA O CRISTÃO COM RELAÇÃO À SUA UTILIZAÇÃO?

5.3.7.1 – João 5:39 → "Examinais as Escrituras".

5.3.7.2 – Tiago 1:21 → "receber com mansidão a palavra".

5.3.7.3 – Tiago 1:22-23 → "sêde cumpridores e não ouvintes".

5.3.7.4 – Mateus 7:24-25 → ouvir e praticar as palavras de Jesus (paralelo a Lucas 6:47-48).

5.3.7.5 – Mateus 7:12 → A lei áurea e a "Lei e os Profetas".

5.3.7.6 – João 15:7 → Deixar a palavra permanecer em nós.

### 5.3.8 - QUE OUTRO TIPO DE REVELAÇÃO PRECISAMOS ALÉM DA BÍBLIA?

5.3.8.1 – Lucas 16:27-29

5.3.8.2 – Gálatas 1:7-9

5.3.8.3 – Deuteronômio 4:2 (paralelo a Apocalipse 22:18-19).

## BIBLIOGRAFIA

1. ALEXANDER, Pat; DAVID (Org). **O mundo da Bíblia**. São Paulo: Paulinas, 1985.
2. ANDRÉ, Paul. **O que é intertestamento**. São Paulo: Paulinas, 1981.
3. ARENHOEVEL, Diego. **Assim se formou a Bíblia**. São Paulo: Paulinas, 1978.
4. AUZOU, Georges. **A palavra de Deus**. São Paulo: Duas Cidades, 1967
5. BAEZ, Camargo; Gonzalo. **Comentário arqueológico de la Bíblia**. S.José da Costa Rica: Caribe, 1979.
6. BERKHOF, Louis. **Princípios de interpretação bíblica**. Rio de Janeiro: Juerp, 1981.
7. CABTREE, A.R. **Arqueologia bíblica**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1958.
8. CHAMPLIN, Russel N. **O Novo Testamento interpretado versículo por versículo**. Vol. I. São Paulo: Milenium, 1980.
9. CHARPENTIER, Etienne. **Para uma primeira leitura da Bíblia**. São Paulo: Paulinas, 1981.
10. EKDAHL, Elizabeth. **Versões da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 1993.
11. LAPPLE, Alfred. **A Bíblia hoje**. São Paulo: Paulinas, 1981.
12. LUND, E. **Hermenêutica**. Miami: Vida, 1968.
13. MEIN, John. **A Bíblia e como chegou até nós**. Rio de Janeiro: Juerp, 1977.
14. ROBERT, A; FEUILLET (Org). **Introdução à Bíblia**. 5 Vols. São Paulo: Herder, 1967.
15. RONIS, Osvaldo. **Geografia bíblica**. Rio de Janeiro: Juerp, 1989.
16. SCHABERT, Josef. **O mundo da Bíblia**. Petrópolis: Vozes, 1965.
17. \_\_\_\_\_. **Introdução à sagrada escritura**. Petrópolis: Vozes, 1980.
18. SCHOLZ, Vilson; ZIMMER, Rudi. **Seminário de ciências bíblicas**. Recife: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.
19. TOGNINI, Enéas. **O Período interbíblico**. São Paulo: Louvores do Coração, 1974.
20. \_\_\_\_\_. **Geografia da terra santa**. Vol. I. São Paulo: Louvores do Coração, 1978.
21. TUYA; SALGUEIRO (Org). **Introduccion a la Bíblia**. Madrid: 1967.
22. VÁRIOS AUTORES (Trad.Monjas dominicanas). **Vamos conhecer a Bíblia**. 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 1984.
23. VIERTTEL, Weldon E. **A interpretação da Bíblia**. Rio de Janeiro: Juerp, 1979.
24. ZUCK, Roy. **A interpretação bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 1994.